REVISTA

IBEF®

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO XIX - NÚMERO 106 - BIMESTRAL - 2023
www.ibefrio.org.br

Natalie Sequerra e Guilherme J. S. Leal, sócios do Graça Couto Advogados

Marcelo Diniz: O fator humano na Sustentabilidade

Cláudia Trevisan: A China e as oportunidades para o Brasil

Helena Spieler: Os Family Offices e a Governança Corporativa

Francisco Homem de Mello: O desafio das startups e a cultura

Mateus Rossetti: Reforma Tributária e o imposto sobre a herança

IBEF
Rio de Janeiro

TALENT MARCEL

PARA ENFRENTAR
O MAR BRAVO DOS
INVESTIMENTOS,
VOCÊ ESCOLHERIA
**UM BANCO EXPERIENTE
OU ALGUÉM NOVO
NESSE MAR?**

**QUEM
SABE,
SAFRA.**

Invista como
um especialista.
Invista Safra.

180 ANOS | Safra

Consulte condições. Rentabilidade passada não garante rentabilidade futura. A abertura da conta corrente e a contratação dos produtos de crédito estão sujeitas à análise e aprovação do Banco Safra S.A. Central de Atendimento Safra: 55 (11) 3253-4455 (capital e Grande São Paulo) e 0300-105-1234 (demais localidades) –de 2ª a 6ª feira, das 8h às 21h30, exceto feriados. Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC): 0800-772-5755; atendimento a portadores de necessidades especiais auditivas e de fala: 0800-772-4136 (dúvidas, cancelamentos, reclamações, comentários e sugestões – 24 horas por dia). Ouvidoria (caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito): 0800-770-1236; atendimento a portadores de necessidades especiais auditivas e de fala: 0800-727-7555 – de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados; ou acesse www.safra.com.br/atendimento/ouvidoria.htm

Editorial

Coisa séria

Em 15 de setembro recebi a notícia de que o Ministério da Fazenda refez suas contas e que o crescimento do PIB deste ano será de 3,2% e não mais de 2,5%. Bem recentemente, o IBGE anunciou crescimento de 0,9% no semestre analisado e a FGV sinalizou 0,2%.

Falando de coisa séria, os artigos e matérias da edição 106 da **Revista IBEF** abordam temas bem interessantes. Boa leitura a todos!

Outubro 2023
Marcos Chouin Varejão

Índice

EDITORIAL.....1
Marcos Varejão.

CAPA.....2
Natalie Sequerra e Guilherme J.S.Leal:
Riscos climáticos e responsabilidade do Conselho de Administração

OPINIÃO.....4
Cláudia Trevisan: China não está à beira do colapso e traz oportunidades para o Brasil.

OPINIÃO.....6
Roberto Sant'anna: A importância da propriedade intelectual para o desenvolvimento de novos produtos.

INTERNACIONAL.....8
Fundação Dom Cabral e Governo da Espanha apresentam resultados de estudo sobre internacionalização das empresas latino-americanas.

INTERNACIONAL.....10
Stellantis mantém liderança no mercado da América do Sul.

NACIONAL.....11
Há evidências de aumento do crescimento potencial no Brasil?

OPINIÃO.....12
Helena Pires de Camargo Spieler e Tiago Franco da Silva Gomes: Os Family Offices e a Governança Corporativa de Grupos Familiares.

OPINIÃO.....13
Prof. Dr. Luís Fernando Lopes: Filosofia da esperança.

AGRONEGÓCIO.....14
Estudo mapeia a produtividade da soja nos últimos 50 anos.

OPINIÃO.....15
Francisco Homem de Mello:O desafio de escalar startups e manter a cultura.

NACIONAL.....16
Posicionamento ABEAR Programa Combustível do Futuro.

NACIONAL.....18
Toalha descartável da Pratipet colabora na prevenção de contaminação.

OPINIÃO.....19
Marcelo C. P. Diniz: O fator humano na prática da Sustentabilidade.

DAY TRADE.....20
Coluna de informação.

CULTURA.....22
Zé Roberto Graúna homenageia os 150 anos de Santos Dumont no Salão de Humor de Piracicaba.

ESTANTE.....23
Coluna sobre publicações editoriais.

SAÚDE.....24
Como as esponjas e os fungos ajudam cientistas da USP a descobrirem novos medicamentos.

OPINIÃO.....26
Guilherme Ravache: Greve em Hollywood é sobre futuro do trabalho e perigos do pensamento mágico.

OPINIÃO.....28
Sérgio E. Moreira Lima: Brasil se reencontra com agenda ambiental.

NACIONAL.....29
Coca-Cola é a marca mais escolhida pelos brasileiros no consumo fora de casa.

OPINIÃO.....30
Mateus de Oliveira Rossetti: Principais mudanças previstas na Reforma Tributária relativas ao imposto incidente sobre a herança.

JURISPRUDÊNCIA.....31
TRF3 mantém multa a loja de departamentos por catálogo de vendas em desacordo com Inmetro.

INTERNACIONAL.....32
Fortuna das 25 pessoas mais ricas do mundo é maior que o PIB do Brasil.

Riscos climáticos e responsabilidade do Conselho de Administração

*Natalie Sequerra e Guilherme J. S. Leal**

Em março de 2023, a ONG ClientEarth ajuizou uma ação climática no Reino Unido contra 11 membros do Conselho de Administração de uma empresa de óleo e gás. Na qualidade de acionista minoritária da companhia (titular, à época, de 27 ações), a ONG alegou que os conselheiros estariam negligenciando o dever de promover uma estratégia de transição energética compatível com o estabelecido no Acordo de Paris e que levasse em conta os riscos correlatos.

A ONG alega haver gestão inadequada dos riscos, tidos como previsíveis, que afetariam "o futuro sucesso" da empresa face às mudanças climáticas. Sustenta-se que, a longo prazo, "seria do melhor interesse da própria empresa, seus empregados e acionistas" ("assim como do planeta") que a companhia reduzisse suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) de modo mais intenso e veloz do que o seu Conselho de Administração estaria planejando.

O processo é o primeiro exemplo de litigância climática que tem por alvo não a empresa em si, mas, sim, os administradores que se ocupam de sua gestão. Ao mirar em pessoas físicas, e não na empresa, a ação movida no Reino Unido se apresenta como nova estratégia no contexto maior da litigância climática.

Na ação, sustenta-se que ao menos dois deveres gerais previstos no UK Companies Act ("CA 2006") teriam sido inobservados pelos membros do Conselho: (i) o dever de promover, em boa-fé, o sucesso da companhia; e (ii) o dever de exercer razoável cuidado e diligência.

Em tese, e a depender de circunstâncias específicas, no Brasil a Lei das S.A. (Lei 6.404/76), entre outras, poderia oferecer amparo a pleito assemelhado.

A Lei das S.A., que com inspiração no direito anglo-saxônico estabeleceu padrões de conduta de forma descritiva e minuciosa, prevê que (i) "o administrador deve exercer as atribuições que a lei e o estatuto lhe conferem para lograr os fins e no interesse da companhia, satisfeitas as exigências do bem público e da função social da empresa" (art. 154), devendo, assim como no Direito inglês, atuar de forma cuidadosa e diligente (art. 153); e (ii) "o acionista controlador deve usar o poder com o fim de fazer a companhia realizar o seu objeto e cumprir sua função social, e tem deveres e responsabilidades para com os demais acionistas da empresa, os que nela trabalham e para com a comunidade em que atua, cujos direitos e interesses deve lealmente respeitar e atender" (art. 116, parágrafo único).

A chamada "ação social" prevista na Lei das S.A. para buscar a responsabilização do administrador se assemelha, em alguma medida, à "ação derivativa" prevista na Inglaterra (conforme capítulo 1 da Seção 11 do CA 2006). A ação derivativa permite, em regime extraordinário, que o acionista ocupe o lugar da companhia para ingressar com ação contra seus administradores. No Brasil, a possibilidade de um acionista ajuizar ação de responsabilidade contra os administradores da companhia é também excepcional, sendo permitida pela Lei das S.A. em três situações: (i) por qualquer acionista, se houver decisão assemblear para promover a ação e esta não for proposta no prazo de 3 meses da deliberação; (ii) por acionistas titulares de no mínimo 5% do capital social, se a assembleia optar por não promovê-la; ou (iii) por acionista ou terceiro diretamente prejudicado por ato do administrador.

Considerando a obrigação do administrador como sendo de meio e não de resultado, tradicionalmente a doutrina e os tribunais brasileiros tendem a excluir a culpa do administrador que tenha agido de boa-fé e dentro do seu dever de lealdade (em linha com o § 6° do art. 159 segundo o qual "o juiz poderá reconhecer a exclusão da responsabilidade do administrador, se convencido de que este agiu de boa-fé e visando ao interesse da companhia.").

Assim, a ação de responsabilidade contra o administrador que, na opinião de acionista minoritário, deixou de tomar medidas que garantam, a longo prazo, a transição energética da companhia seria passível de questionamento com base no entendimento tradicional sobre o tema.

De todo modo, cabe ressaltar que alguns fatores podem alterar esse cenário.

O primeiro deles é que, ao regrar os deveres e responsabilidades dos administradores de forma mais subjetiva, ampla e principiológica, através standards de conduta (aliás, como deveria ser), a nossa legislação societária permite que o exame do julgador considere os valores e circunstâncias prevalecentes no momento da apreciação do caso. Até pouco tempo atrás, a expressão "transição energética" não era sequer mencionada. Atualmente, há um compromisso mundial de redução de emissões de GEE que conta com o olhar atento do mercado. Na Europa, entidades, associações, ONGs e acionistas já começam a perceber que a gestão das companhias intensas em carbono é vital para alcançar a redução pretendida até 2050. Com isso, o escrutínio sobre os administradores tende a crescer exponencialmente.

O segundo é que a responsabilidade civil ambiental brasileira é objetiva, independendo, portanto, da existência de culpa. Desse modo, ainda que o direito societário estabeleça limitações à responsabilização do administrador, o direito ambiental permite discussões sobre tal responsabilidade.

Note-se, inclusive, que, na esfera criminal, há previsão legal expressa punindo administradores por crimes ambientais. Segundo a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98), "quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la".

Voltando ao recente caso do Reino Unido, em maio deste ano, o magistrado responsável negou seguimento ao processo.

A decisão destaca a visão da ONG de que os deveres de cuidado e diligência do Conselho de Administração, quando considerados à luz dos riscos climáticos, implicariam nos seguintes deveres incidentais: (i) decidir sobre risco climático com base no consenso científico; (ii) atribuir peso adequado ao risco climático; (iii) implementar medidas razoáveis para mitigar os riscos à resiliência financeira da companhia no longo prazo, considerando a meta de 1,5°C do Acordo de Paris; (iv) adotar estratégias com probabilidade razoável de atingir as metas de mitigação da companhia; (v) garantir a longevidade das estratégias adotadas; e (vi) garantir que a companhia tome medidas razoáveis para cumprir as obrigações legais aplicáveis.

A decisão do magistrado, no entanto, entendeu, entre outras questões, que:

(i) a pretensão de se impor aos membros do Conselho obrigações específicas derivadas do dever geral de diligência esbarra no princípio, amparado pela jurisprudência britânica, de que cabe aos próprios membros do Conselho decidir, em boa-fé, as melhores maneiras de se promover o sucesso da companhia (*business judgment rule*);

(ii) a Lei não fixa obrigações específicas que caracterizariam o adequado cumprimento do dever geral de diligência e a ONG não demonstrou que as decisões dos membros do Conselho teriam extrapolado as opções de decisões razoáveis disponíveis à época; e

(iii) as pretensões da ONG seriam demasiadamente imprecisas, o que impediria inclusive a imposição de seu cumprimento.

Ainda segundo a decisão:

(i) o fórum adequado para essas discussões não seria o Judiciário, mas a assembleia geral da companhia, caminho ao qual a ClientEarth, como acionista, teria acesso; e

(ii) a ONG, detentora de apenas 27 ações da companhia, não estaria litigando em boa-fé, mas agindo em prol de sua própria agenda política e não no alegado interesse de sucesso da companhia.

A decisão, portanto, restringe a discussão em juízo sobre as escolhas dos membros de Conselhos de Administração no enfrentamento da crise climática. A ONG recorreu da decisão, mas ainda não se tem notícia de novo julgamento.

Será que, no Brasil, caso assemelhado teria o mesmo encaminhamento? Difícil dizer. Como mencionado, a condenação individual de membros de Conselhos de Administração, embora, em tese, possível (ante o rigoroso regime jurídico brasileiro de responsabilidade ambiental, e, ademais, a "função social da empresa"), também pode encontrar resistência nas cortes brasileiras. De todo modo, especialmente no atual contexto de ativismo societário (estimulado pelo PL 2.925/23, que, se aprovado, facilitará demandas – judiciais e arbitrais – dessa natureza), parece provável que em breve a questão seja submetida à apreciação de nossos tribunais.

**** Sócios do Graça Couto Advogados.***

China não está à beira do colapso e traz oportunidades para o Brasil

*Cláudia Trevisan**

O pessimismo em relação à performance da China está em alta entre analistas ocidentais, a ponto de alguns decretarem o fim do milagre econômico do país asiático e o início de uma era de estagnação. Não há dúvida de que a febril expansão de dois dígitos ao ano ficou para trás, mas a segunda maior economia do mundo não parece estar à beira do colapso. O cenário parece ser mais de ajustes, sem dúvida penosos, e transição para um novo modelo de crescimento, mais lento e mais sustentável.

O PIB de US$ 18 trilhões da China não está encolhendo, mas sim desacelerando, e isso importa muito para o Brasil, que tem no antigo Império do Meio o principal destino de suas exportações. Se ficar dentro das projeções oficiais e crescer 5% em 2023, a China adicionará US$ 900 bilhões à sua economia, o equivalente a quase duas Argentinas.

Quando ingressou na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, o país asiático tinha um PIB de US$ 1,33 trilhão, valor que equivalia a 12,6% do tamanho da economia dos Estados Unidos. Naquele ano, a China aparecia em sexto lugar no ranking dos maiores destinos das exportações brasileiras, com participação de 3,3%. Em 2022, o PIB chinês já era 71% do americano e o país era o destino de 27% das nossas vendas ao exterior.

Nesse período, a demanda chinesa revolucionou a economia brasileira e transformou o agronegócio no seu mais dinâmico setor. Com 1,4 bilhão de habitantes, o país asiático é o maior importador de alimentos do mundo e o Brasil, o seu maior fornecedor. Em 2022, a China foi o principal destino de 7 dos 11 principais produtos nacionais de exportação: soja, petróleo, minério de ferro, carne bovina, açúcar, celulose e frango. Não por acaso, 5 dos 7 itens são do agronegócio.

O consumo de alimentos está intimamente relacionado à evolução do PIB per capita dos países. Quanto maior a renda, maior será não apenas a demanda, mas sua sofisticação. Se olharmos de novo para 2001, veremos que o PIB per capita da China era de US$ 1.044,00, um terço dos US$ 3.200,00 registrados no Brasil no mesmo ano, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 2022, o PIB per capita da China estava em US$ 12.800,00, pouco mais de 40% acima do patamar do Brasil. A previsão do FMI é a de que a renda média de cada chinês chegará a US$ 19.600,00 em 2028.

Esse movimento representa uma oportunidade para a diversificação e agregação de valor às exportações brasileiras do agronegócio. Dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos mostram que até 2019 a maior parte das importações de alimentos da China era de produtos a granel, como soja em grãos. Naquele ano, os produtos prontos para o consumo, que tendem a ser industrializados, assumiram a liderança.

Quando eu me mudei para Pequim pela primeira vez, em 2004, era difícil encontrar queijos no supermercado. Hoje, o país asiático é um dos maiores mercados de lácteos do mundo, com grandes importações de leite em pó, iogurte e queijos. A China compra quantidades crescentes de vinhos, sucos, castanhas e comidas pré-processadas.

O problema é que o Brasil não é associado na China como um país de origem de bens de consumo final. Quase 80% das exportações nacionais estão concentradas em três commodities, soja, minério de ferro e petróleo, que chegam

aos portos, mas não nas lojas e gôndolas de supermercados do país asiático. O Brasil tem o desafio de criar uma imagem de país fornecedor de itens de consumo de qualidade, principalmente no setor de alimentos. E as nossas empresas têm de enfrentar a tarefa de promover suas marcas em um mercado extremamente competitivo. O e-commerce tem um enorme potencial para ampliar o leque do que é exportado para a China, mas explorá-lo exige estratégia, recursos e perseverança.

O comércio é a espinha dorsal da relação Brasil-China, mas os investimentos estão ganhando cada vez mais musculatura. Empresas chinesas se aventuram por um número crescente de setores da economia brasileira, que vão da eletricidade à Tecnologia da Informação. A mais recente pesquisa do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) sobre o assunto, lançada em agosto, mostrou uma queda acentuada no valor de investimentos chineses no país em 2022, mas tudo indica que o resultado foi isolado. Em 2021, o Brasil foi o país que mais recebeu investimentos chineses em todo o mundo e anúncios realizados em 2023 reforçam a tendência de alta.

Líder na fabricação de carros elétricos na China, com um terço do mercado, a BYD fechou negócio para a compra da ex-fábrica da Ford em Camaçari, na Bahia. A companhia chinesa pretende investir R$ 3 bilhões na construção de três unidades para produção de carros elétricos, fabricação de caminhões e ônibus elétricos e processamento de células de lítio e ferro fosfato.

O investimento aumenta a presença de capital chinês em áreas ligadas à transição energética e à descarbonização da economia. Empresas do país asiático têm ampliado a aposta em geração de energia eólica e solar no Brasil e outras montadoras anunciaram aportes em linhas de montagem de veículos que emitem menos gases que provocam o efeito estufa. Antes da BYD, a Great Wall Motors havia comprado a ex-fábrica da Mercedes no Iracemápolis, no interior de São Paulo, onde planeja produzir carros híbridos. A Higer Bus pretende construir uma fábrica no Ceará de ônibus movidos a hidrogênio verde, considerado o combustível do futuro.

Apesar de o valor dos investimentos ter diminuído no ano passado, houve um aumento no número de projetos iniciados por empresas chinesas no Brasil, para um recorde de 32 empreendimentos. Isso indica interesse e diversificação nos setores que atraem capital no país asiático. Entre as novas áreas que receberam investimentos em 2022, estavam a produção têxtil e a fabricação de materiais odontológicos.

Quando analisamos o estoque de investimentos chineses no Brasil de 2007 a 2022 - que o CEBC estima em US$ 71,6 bilhões - é evidente a preponderância do setor de eletricidade. Essa área recebeu 45,5% do valor aportado e respondeu por 35,7% dos projetos iniciados por empresas do país asiático no Brasil. A exploração de petróleo ficou em segundo lugar em termos de atração de capital, com 30,4%, mas é a indústria manufatureira que aparece nessa posição quando o critério de análise é o número de empreendimentos. Tanto eletricidade quanto petróleo são segmentos intensivos em capital e costumam ter poucos projetos com valores elevados.

A análise do estoque de investimentos chineses embute lições para os formuladores de políticas públicas no Brasil. O setor de eletricidade se mostrou atrativo por ter marcos regulatórios definidos e regras de longo prazo. Há potencial para aportes chinesas em outras áreas de infraestrutura, mas as regras precisam ser claras e estáveis. A China enfrenta inúmeros desafios para manter sua economia nos trilhos. Ainda assim, as oportunidades para o Brasil e suas empresas continuam a ser promissoras.

Diretora Executiva do CEBC e autora dos livros "Os Chineses" e "China – O Renascimento do Império". Em 2019, concluiu seu mestrado na Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins, em Washington, no qual estudou a competição entre EUA e China. Durante sua carreira de 30 anos como jornalista, foi correspondente nos EUA, na China, na Argentina e viajou a inúmeros países para coberturas específicas, entre os quais Coreia do Norte, Afeganistão e Myanmar.

A importância da propriedade intelectual para o desenvolvimento de novos produtos

*Roberto Sant'anna**

O respeito aos direitos de propriedade intelectual tem importância crucial para o desenvolvimento de diversos setores da economia. Tanto é assim que, em 1994, foi assinado o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPs em inglês), do qual o Brasil é signatário, no nascedouro da Organização Mundial do Comércio (OMC).

No Agronegócio, não poderia ser diferente, especialmente quando falamos em manter a produção de alimentos, fibras e energia inovadora e produtiva. A proteção à propriedade intelectual é fundamental.

No caso dos defensivos agrícolas, o processo de pesquisa e desenvolvimento para um novo produto poder ser utilizado nos campos brasileiros pode durar até 18 anos. Durante a fase inicial da pesquisa, que leva em média dois anos, as empresas investem cerca de US$ 107 milhões para explorar 160 mil moléculas com potencial para se transformar num novo produto; na sequência, são realizados testes que garantem a eficácia e a segurança dessas novas descobertas, o que pode levar mais oito anos e US$ 146 milhões para ser concluída. No final, apenas uma dessas 160 mil moléculas iniciais chegam ao processo de registro, com custos de US$ 33 milhões. Essa etapa, no Brasil, depende dos órgãos competentes (MAPA, ANVISA e IBAMA) e pode demorar mais oito anos para ser concluída, enquanto que no Mundo o tempo de registro é em média de dois anos.

Esses números são bastante expressivos e devem ser levados em consideração quando falamos de respeito aos direitos à propriedade intelectual, para que os esforços realizados possam ser dimensionados com exatidão, além de incentivar um ambiente propício à pesquisa e inovação, o que é fundamental para um País que busca um futuro mais receptivo a novas soluções e tecnologias.

Também é preciso ressaltar a importância da garantia da proteção de dados, necessária para respaldar a segurança no envio de dossiês por meios eletrônicos, no momento da solicitação do registro para os órgãos responsáveis – MAPA, IBAMA e ANVISA. Os ambientes digitais são ágeis, mas é preciso garantir que sejam suficientemente seguros para a circulação de documentos protegidos e confidenciais.

Assim, defendemos um trabalho que implemente uma Política de Segurança das Informações apresentadas e custodiadas pelo Governo, sem interferir no direito ao acesso à informação, tão característico de uma democracia. Por isso, é crucial que o ambiente de proteção à pesquisa seja aprimorado, com recursos que garantam maior segurança no ambiente digital, evitando a concorrência desleal e, consequentemente, assegurando e incentivando a continuidade nos investimentos de recursos à inovação.

É o que se espera de uma país que pretende ser membro da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

**Advogado, formado pela Universidade Mackenzie. Também é graduado em Tecnologia da Informação pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, com pós-graduação em Direito e Agronegócio pela Fundação Getúlio Vargas e especialização em Propriedade Intelectual e Inovação no Agronegócio pela Universidade Federal de Santa Catarina; é gerente de Inovação e Sustentabilidade da Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF).*

NA ECONOMIA E NOS NEGÓCIOS
GANHA QUEM TEM FOCO.

LEXBRIDGE
FUSÕES & AQUISIÇÕES

55 21 99130-7919
novosnegocios@lexbridge.com.br
www.lexbridge.com.br

Fundação Dom Cabral e Governo da Espanha apresentam resultados de estudo sobre internacionalização das empresas latino-americanas

DESTAQUES

- O investimento estrangeiro direto (IED) latino-americano alcançou 38,255 bilhões de dólares em 2018, ligeiramente inferior ao registrado em 2017 e equivalente ao PIB da Bolívia no mesmo ano
- Anúncios de investimentos estrangeiros por parte de empresas da América Latina em 2018 aumentaram 163%
- O Brasil é a maior economia da região e, de longe, a maior fonte de IED. O acumulado de investimentos diretos brasileiros no exterior alcançou os 377,584 bilhões de dólares
- Do total do investimento que sai da região, 49% do IED se canalizam através de empréstimos e transferências bancárias, 20% do investimento são de carteira, e apenas 31% são IED
- Vinte das maiores multinacionais do Brasil, que somam algo mais de 100 bilhões de dólares de ativos no exterior, geraram quase 200 mil empregos fora de seu país
- Entre os investimentos na União Europeia, a Espanha é o país com maiores entradas

A Fundação Dom Cabral e o Governo da Espanha anunciaram recentemente o resultado do estudo Global LATAM, das Séries Investimentos Estrangeiros. O estudo aborda as apostas das empresas e pessoas latino-americanas que investiram no exterior, assim como as principais tendências e a evolução da internacionalização do capital latino. Além dos principais países, setores ou tipo de investimentos, analisa detalhadamente alguns aspectos de interesse, como o acesso a mercados de capitais. O estudo completo está disponível neste link: https://bit.ly/34knUMt

Além de analisar a internacionalização das empresas latino-americanas, o estudo também traz um capítulo sobre o Brasil, como investidor global consolidado. Também discute os desafios da internacionalização das empresas brasileiras e aborda o capital latino-americano na Espanha. No Global Latam, são apresentados, ainda, os casos das empresas Embraer, Natura, Stefanini e iFood.

As maiores economias da América Latina, Brasil e México, passam por uma desaceleração transitória na atividade econômica — organismos internacionais ressaltam que, a partir dos anos de inflexão, será iniciado um novo ciclo de crescimento, que alcançará aproximadamente 2-2,5% em médio prazo. Apesar das menores taxas de crescimento, as empresas latino-americanas continuaram com seu processo de crescimento e internacionalização comercial, e o IED em termos acumulados seguiu crescendo continuamente, consolidando-se como um fenômeno econômico, em um contexto mais amplo de uma maior relevância do mundo emergente.

Internacionalização de empresas latino-americanas

As principais conclusões indicam que, com relação à internacionalização das empresas latino-americanas, os indicadores de investimento estrangeiro direto (IED) foram estabilizados ou aumentaram. Nos anos anteriores, haviam sofrido quedas expressivas. Com a superação da crise de 2015-2016 e o novo ciclo de crescimento em 2017-2018, os resultados nos mercados domésticos melhoraram, com redução da dívida e mais otimismo nos planos de expansão.

O IED alcançou 38,255 bilhões de dólares em 2018, ligeiramente inferior ao registrado em 2017. As aquisições de ativos tiveram uma forte alta em 2017, enquanto os anúncios de investimentos estrangeiros por parte de empresas da América Latina em 2018 aumentaram 163%.

O Brasil é a maior economia da região e, de longe, a maior fonte de IED. O acumulado de investimentos diretos brasileiros no exterior alcança os 377,584 bilhões de dólares, mas em 2018 os investimentos no exterior ficaram em 14,695 bilhões de dólares, 31% a menos que o ano passado e menos que a média da última década. Em 2018, foi registrada uma importante alta nos anúncios de investimento no estrangeiro feitos pelas empresas brasileiras, lideradas pela mineradora Vale, que anunciou o relançamento de um grande projeto de mineração de níquel no Canadá.

O IED no México aumentou notavelmente em 2018 até 10,704 bilhões de dólares. Os investimentos chilenos no exterior foram reduzidos muito nos últimos três anos, até alcançar apenas 1,949 milhão de dólares em 2018, um décimo do que se registrava em 2011 e 2012. Na Colômbia, o IED no exterior chegou aos 5,122 bilhões de dólares, um dos maiores níveis jamais alcançados e o maior desde 2013. As cifras do IED do Uruguai, assim como as do Chile, também estão condicionadas por fluxos financeiros de empresas estrangeiras. Em 2018 foram registrados 2,28 bilhões de dólares, mas a maioria deles foi de empréstimos entre filiais, provavelmente de empresas estrangeiras que circulam seu capital através de filiais no Uruguai.

A Argentina sofreu em 2018 uma forte recessão acompanhada de instabilidade cambial, mas isso não impediu que as empresas argentinas investissem no exterior 1,802 bilhão de dólares, que é um dos maiores montantes já registrados.

Pelo contrário, a crise econômica em Venezuela levou as empresas daquele país a desinvestirem no estrangeiro. Por sua vez, o IED para o exterior a partir do Peru decolou a partir do ano de 2008, quando o Peru atingiu a categoria de "investment grade" e alcançou uma média de 648 milhões de dólares entre 2010 e 2018, apesar que neste último ano ficou em 19 milhões.

Os investimentos diretos a partir da América Central aumentaram continuamente nos últimos anos, e em 2018 alcançaram um montante total de 1,683 bilhão de dólares, a maior quantidade já registrada. O Panamá registrou 811 milhões de IED para o exterior. A partir da Costa Rica foram investidos 581 milhões de dólares em 2018, e a partir da Guatemala, 211 milhões de dólares, a maior quantidade já registrada.

Várias economias da região ainda não relatam dados oficiais de IED para o exterior. Entre eles talvez o mais importante seja da República Dominicana, que foi nos últimos anos, junto com o Panamá, a de maior crescimento na região.

Capítulo Brasil

O Professor Paul Ferreira e o bolsista pesquisador FAPEMIG Henrique Leandro Fernandes, ambos da Fundação Dom Cabral, são os responsáveis pelo Capítulo Brasil do estudo Global Latam. Este capítulo narra que os fluxos de saída de IDE brasileiro, embora tenham apresentado variações acentuadas de um ano para o outro, melhoraram nas últimas três décadas, tendo alcançado US$ 14,7 bilhões em 2018. Enquanto o PIB triplicava entre 2000 e 2018, o estoque IDE de saída brasileiro setuplicava no mesmo período, mostrando um acelerado ritmo de internacionalização das empresas brasileiras.

A primeira década dos anos 2000 consolidou-se como uma nova etapa do processo de expansão internacional das empresas brasileiras, na qual a presença de órgãos públicos federais se tornou imprescindível à promoção do desenvolvimento de setores produtivos da economia do país. Dentre estes órgãos públicos, destacam-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES), a APEX Brasil, o Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços e o próprio Ministério das Relações Exteriores.

Além disso, o crescimento no estoque de IDE nos últimos anos contribuiu para que economia brasileira não sofresse ainda mais com a crise econômica, que mesmo com uma severa contração da demanda doméstica e a elevada taxa de desemprego, a situação poderia ter se agravado caso essas empresas não tivessem se expandido para outros mercados, expondo-as a um risco maior de falência.

Por fim, as multinacionais brasileiras certamente se expandiram nos últimos anos, com tendência a continuar esta expansão. Apesar da rentabilidade em 2017 ser menor que a rentabilidade de 2011, os valores absolutos compensam a diferença relativa em quase US$ 4 bilhões, e o estoque apresentando um crescimento ano a ano nos permite inferir que os investimentos realizados por empresas brasileiras no exterior nos últimos anos consolidaram a relevância do papel da internacionalização para os seus negócios e sobrevivência.

Sobre o estudo Global Latam

GLOBAL LATAM é uma iniciativa da ICEX España Exportación e Inversiones, entidade pública para a internacionalização da economia espanhola, tanto apoiando uma maior presença das empresas espanholas em mercados internacionais como atraindo investimento estrangeiro para Espanha. O projeto conta com a colaboração da Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB), organismo internacional de suporte aos 22 países que formam a comunidade ibero-americana, e que apoia plenamente a construção e a expansão dos vínculos econômicos e comerciais dentro do espaço iberoamericano. Além disso, na segunda edição, colaboramos com vários especialistas internacionais que ajudaram na elaboração do relatório, destacando-se a Fundação Dom Cabral no caso da análise sobre o Brasil.

Sobre a Fundação Dom Cabral

A Fundação Dom Cabral é uma das melhores escolas de negócios do mundo, segundo ranking do Financial Times. Há mais de 40 anos tem a missão de contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade, por meio da educação, capacitação e desenvolvimento de executivos, empresários e gestores públicos. Somente em 2018 passaram pela FDC cerca de 30 mil profissionais entre executivos, empresários e gestores públicos. No campo social, a FDC desenvolve iniciativas de desenvolvimento, capacitação e consolidação de projetos, líderes e organizações sociais, contribuindo para o fortalecimento e o alcance dos resultados pretendidos por essas entidades.

Sobre o Invista na Espanha

A Invest in Spain é uma Diretoria Executiva da ICEX-España Exportación e Inversiones, Entidade Público-Privada presidida pela Secretaria de Estado de Comércio do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. Seu objetivo principal é promover os investimentos estrangeiros diretos na Espanha. Oferece serviços de informação, assessoria e apoio aos investidores do setor industrial e financeiros interessados no mercado espanhol. Funciona como um ponto de encontro da Administração Central e Autonômica e dos investidores estrangeiros com possíveis sócios locais.

Stellantis mantém liderança no mercado da América do Sul

A Stellantis começou o segundo semestre de 2023 mantendo sua liderança nos principais mercados da América do Sul. No Brasil, a empresa encerrou o mês de julho com 367 mil veículos comercializados no acumulado do ano, com uma participação de mercado de 31,9%. Já a Argentina contou com 11,9 mil veículos registrados e 30,8% de market share. No Chile, as vendas somaram 21,7 mil unidades e garantiram a liderança com 30,9% de participação.

BRASIL

Em julho, a Stellantis emplacou 64.019 veículos no Brasil, representando um acréscimo de 4.825 unidades em relação ao mês anterior, e 29,7% de participação nas vendas. Entre os 10 modelos mais vendidos no acumulado do ano, quatro são da Stellantis: a picape Fiat Strada, que é o veículo mais vendido no Brasil, além dos Fiat Argo e Mobi e do Jeep Compass.

FIAT SE DESTACA NA LIDERANÇA

No sétimo mês do ano, a Fiat liderou o mercado nacional, emplacando 44.393 unidades e garantindo 20,6% de market share. Além disso, a marca conquistou a liderança no varejo com 19,1% de share no canal e mais de 22.156 unidades emplacadas, 4.437 unidades à frente da segunda colocada. A Fiat também garantiu a liderança nos segmentos de picapes com 41,5% de participação e vans com 38% da fatia da categoria.

Já no acumulado do ano, a Fiat mantém a liderança com 21,8% de market share e 251.228 unidades emplacadas, o que representa mais de 72 mil unidades à frente da segunda colocada. Também é da Fiat o título de carro mais vendido do Brasil, com a Strada, que possui 60.931 unidades emplacadas.

JEEP SEGUE LÍDER EM SUVS

Em julho, a Jeep manteve mais uma vez a liderança entre os SUVs e comercializou 11.709 unidades no mercado brasileiro. Essas vendas contribuíram para que a marca chegasse a 75.115 emplacamentos no acumulado do ano no país.

Entre os destaques do mês está o Jeep Compass, que alcançou a marca de 4.707 vendas em julho e mais de 35 mil no acumulado do ano, com 42,8% de participação entre os C-SUVs em 2023. Já o Jeep Commander emplacou 1.408 unidades. No acumulado do ano, o Commander conta com 11.921 unidades vendidas e 28,4% de participação na categoria. No segmento B-SUV, o Jeep Renegade comercializou 5.556 unidades, um crescimento de 36% em relação ao mês anterior, o que garantiu uma posição no TOP 3 do segmento em julho.

PEUGEOT MANTÉM CRESCIMENTO ACELERADO

A Peugeot continua em ritmo acelerado nas vendas de 2023 e fechou o mês de julho entre as 10 marcas automotivas que mais venderam no mercado brasileiro. Com 3.839 unidades emplacadas somente neste mês, a Marca atinge o melhor volume alcançado no ano de 2023. O desempenho representa um aumento de 31%, ante o mês anterior, do mesmo ano (jun/23 = 2.928) e, 10% na comparação com julho de 2022 (3.492).

Em julho, a Peugeot alcançou também a 5ª posição entre os carros mais vendidos no segmento B-Hatch, com o PEUGEOT 208. A Marca comercializou 11% a mais do modelo, em comparação a julho de 2022.

CITROËN ACOMPANHA CRESCIMENTO DO MERCADO

A Citroën ampliou sua participação de mercado no mês de julho para 1,5%. O crescimento da marca precede a chegada dos próximos modelos do projeto C-Cubed, com um veículo inédito e o Novo SUV C3 Aircross, além do Novo C3. O hatch com atitude SUV, aliás, encerrou o mês de julho com mais de 3.000 unidades vendidas, alcançando os 1,4% de participação no concorrido segmento de B-Hatches.

Já no segmento de veículos comerciais, o Citroën Jumpy obteve 15% de participação de mercado e continua firme na vice-liderança entre os furgões compactos, com mais de 1.000 unidades vendidas ao longo de 2023.

Há evidências de aumento do crescimento potencial no Brasil?

◈ O crescimento brasileiro tem surpreendido positivamente nos últimos anos. Em parte, essas surpresas estão relacionadas aos estímulos e à recuperação pós pandemia, mas mesmo após esse efeito e com juros em patamar restritivo, a resiliência da economia continua surpreendendo. Esse comportamento traz um questionamento natural: será que há evidências de que o crescimento potencial é maior?

◈ Inicialmente, estimamos um modelo para explicar o nível dos investimentos, controlando pela taxa real de juros, confiança dos empresários e câmbio real. Estimando o modelo até o final de 2019 e comparando as projeções com os dados observados até o primeiro trimestre deste ano, vemos que o coeficiente do juro real não se alterou de maneira significativa. Ou seja, os investimentos estão seguindo o padrão esperado, dados esses fundamentos.

◈ No caso do consumo das famílias, controlamos pela taxa real de juros, nível de concessões de crédito livre para pessoas físicas e a massa de renda ampliada. Também nesse caso, o coeficiente do juro real não mudou desde o período pré-pandemia de maneira significativa. Aqui, também o efeito do juro mais elevado está contribuindo para reduzir as taxas de crescimento do consumo. Esse vetor está sendo compensando por outros fundamentos, especialmente pela massa salarial.

◈ O aumento do salário mínimo e do valor médio do Bolsa Família e o mercado de trabalho mais aquecido levaram a um crescimento da massa salarial maior que esperado neste ano. Os modelos de consumo e investimentos estão razoavelmente bem calibrados para os fundamentos atuais. É no mercado de trabalho que as surpresas ocorreram, com geração de emprego maior e sem pressão de salários.

◈ Com uma geração de emprego mais forte, seria esperado um aumento dos salários. Mas, após a recuperação do nível dos rendimentos pós pandemia, não temos observado ganhos reais relevantes. Há algumas possibilidades para explicar esse fenômeno. A primeira pode estar associada à reforma trabalhista, que diminuiu o custo de contratação e flexibilizou contratos de trabalho. Uma possibilidade é que a NAIRU tenha caído desde a reforma trabalhista. Além da reforma, algumas mudanças pós pandemia também podem ter um efeito sobre os salários.

◈ Para estimar uma possível mudança na NAIRU, invertemos um modelo que temos utilizado para estimar o rendimento, que considera a surpresa inflacionária e o aperto do mercado de trabalho (taxa de desemprego – tendência do desemprego). Ao fazermos essa inversão, encontramos uma medida compatível com o nível atual de salários da economia. Essa é uma série bastante volátil, mas a média dos últimos 6 meses sugere que essa taxa está próxima de 7,5%.

◈ Esse é um indício, ainda que inicial, de que possamos ter um crescimento potencial maior, com desaceleração menor para o ano que vem, a despeito do juro contracionista. É preciso ser cauteloso em relação a essas conclusões, principalmente porque a pandemia ainda é um evento relativamente recente e que pode ter afetado as relações de trabalho além do que conseguimos quantificar.

◈ De toda forma, há indícios iniciais de que um crescimento potencial um pouco superior possa estar se consolidando. Nesse caso, após um crescimento projetado de 2,1% neste ano, a desaceleração esperada para o ano que vem poderia resultar em um crescimento um pouco superior às medianas projetadas hoje e às nossas próprias estimativas.

Fonte: DEPEC Bradesco

Os Family Offices e a Governança Corporativa de Grupos Familiares

*Helena Pires de Camargo Spieler e Tiago Franco da Silva Gomes**

É inegável a relevância econômica das empresas familiares no Brasil e no mundo. A *International Finance Corporation – IFC*, braço privado do Banco Mundial, estima que em média 70% das sociedades em atividade de cada país são familiares. De acordo com a *International Family Business Network*, as empresas familiares contribuem com cerca de 60% do PIB agregado da América Latina. No Brasil, dos 200 maiores grupos econômicos em atividade, aproximadamente 50% se originaram de grupos familiares nacionais.

Por acrescentarem questões afetivas e pessoais aos assuntos empresariais, os grupos familiares enfrentam problemas de governança e conflitos específicos que se somam àqueles enfrentados pelas demais empresas.

Um dos mais relevantes conflitos típicos das empresas familiares ocorre quando, com o passar das gerações, membros da família permanecem na gestão das empresas, sendo remunerados por isso, enquanto outros permanecem apenas na condição de acionistas, dependendo do recebimento de dividendos para auferirem remuneração.

Assim, os problemas se renovam a cada ano, por ocasião da deliberação de destinação dos lucros: os gestores desejam manter as empresas capitalizadas, reinvestindo os resultados na própria atividade empresarial, enquanto aqueles que estão afastados do dia a dia das empresas, desejam distribuir a maior parte dos lucros como dividendos.

Dentre os diversos mecanismos de governança corporativa para empresas familiares, que se propõem a reduzir não só o conflito societário/familiar acima narrado como os demais problemas de governança específicos das empresas familiares, destacam-se os escritórios familiares (ou family offices, como consagrado na literatura especializada).

Esses escritórios familiares funcionam como um centro de investimentos e prestação de serviços às famílias prósperas, como assessoria financeira, jurídica, tributária e até pagamentos de despesas diárias, tais como despesas médicas e com seguros.

Atuam também na estruturação e intermediação de investimentos em outras empresas. Além disso, quando exercem essa função, o fazem de maneira muito semelhante aos fundos de private equity, investindo na aquisição de participações minoritárias de companhias com potencial de valorização, visando revender referida participação com lucro em um intervalo de poucos anos. Servem, assim, como um instrumento para a diversificação das atividades empresariais da família, reduzindo a sua exposição aos problemas econômicos setoriais que possam afetar os negócios originais.

Por essas razões, os *family offices* são normalmente administrados por profissionais independentes que possuem habilidades em administração, finanças e contabilidade, consequentemente, transformando-se em robustos e bastante completos centros de serviços de gerenciamento de riqueza para tais famílias. Por isso, podem prestar serviços não apenas para uma única família, mas diversas e podem, ou não, adquirir personalidade jurídica própria, dependendo das necessidades de seus clientes.

Os recursos para o financiamento das atividades dos escritórios familiares são normalmente aportados por cada membro ou por seus núcleos familiares. Com o passar do tempo, são sustentados também pelos valores eventualmente cobrados pelos serviços prestados (especialmente no caso dos escritórios multifamiliares e/ou profissionais) e dos resultados dos investimentos por eles realizados.

Os *family offices* prestam um importante serviço à governança dos grupos familiares, evitando conflitos de interesses e contribuindo para diversificar os investimentos do grupo.

Ao eliminarem a necessidade de os membros da família arcar com custos corriqueiros, ao prestar-lhes serviços diversos e efetuarem os pagamentos de despesas cotidianas, os escritórios familiares eliminam parcela das tensões surgidas da parte dos acionistas afastados da gestão das empresas e que dependem dos dividendos para custear, entre outros gastos, referidas despesas.

Por fim, ao diversificarem os investimentos, colocando sob os auspícios de profissionais com capacidades específicas, geram uma nova fonte de receitas, contribuindo ainda mais para reduzir os conflitos pelos destinos dos resultados das empresas da família.

** Sócios do Ambiel, Manssur, Belfiore e Malta Advogados. Helena é graduada em direito pela PUC-SP, pós-graduada em Direito Empresarial pela PUC/COGEAE e especialista em Mercado de Capitais pela FGV-SP. Tiago é graduado em direito e Mestre em Direito Comercial pela USP.*

Filosofia da esperança

*Prof. Dr. Luís Fernando Lopes**

A palavra esperança vem do latim *spes*, que significa confiança em algo positivo. É um conceito, uma crença emocional, que se manifesta em maneiras de ser, estar e agir no mundo. Dito de outra maneira, ela se traduz em modos de vida.

Viver é também esperar, mas esperar com disposição para realizar todos os esforções possíveis a fim de que o esperado se concretize. A esperança ativa não é simples espera. É uma "paciência inquieta", um silêncio eloquente, pensamento e ação consciente.

Já o avesso da esperança é o desespero. No entanto, mesmo situações desesperadoras podem conduzir a um novo esperar.

É possível falar de uma esperança puramente passiva, mas essa maneira de compreendê-la, bem como o modo de vida que dela decorre, é contraditório. Por que esperar por algo que nunca se concretizará? Estar cheio de esperança implica também em agir para o que é esperado se efetive.

Embora não seja um tema comumente abordado na história da filosofia, a esperança é essencialmente filosófica. Não por acaso, entre as famosas perguntas kantianas, está presente a questão: o que me é permitido esperar?

Nas edições da Crítica da Razão Pura de 1781 e 1787, o autor escreveu: "Todo o interesse da minha razão (tanto especulativa quanto prática) concentra-se nas seguintes três perguntas: O que posso eu saber? O que devo eu fazer? O que está me permitido esperar?".

Desta maneira é possível notar como a questão da esperança é inerente ao ser humano, ainda que para alguns ela possa ser vista como uma crença vaga que impede a humanidade de buscar sua realização de maneira concreta. Nesse sentido, ela induziria a um estado de esperar um futuro improvável. Sobretudo se essa espera estiver ancorada em bases religiosas e relacionada com uma nova vida além-mundo.

Não por acaso a esperança é vista como um tema teológico, pois ela é uma das três virtudes teologais, junto com a fé e a caridade. No entanto, isso não impossibilita a abordagem filosófica do tema.

Em sua principal obra, O Princípio da Esperança, Ernst Bloch propôs uma ontologia do não ser. O autor defende que a ausência de algo não significa a sua inexistência, mas sim uma possibilidade do que pode vir a ser.

Trata-se então de passar do "não" para o "ainda não", que se faz pela esperança. Nesta perspectiva, sua abordagem sobre a esperança fundamenta-se em razões históricas e antropológicas. Não precisa recorrer aos fundamentos religiosos de uma determinada tradição ou ainda a argumentos individuais de ordem puramente psicológica.

As perspectivas religiosa e histórica da esperança não precisam ser vistas como polos opostos, mas complementares. Afirmar um fundamento antropológico e histórico para a esperança não significa descartar o fundamento religioso. Nesse sentido, o próprio texto bíblico atesta a superioridade do amor em relação à fé e à esperança: "Agora, pois, permanecem a fé, a esperança e o amor, estes três, mas o maior destes é o amor". (1 Cor 13:13).

**Filósofo, teólogo e coordenador do curso de licenciatura em Filosofia do Centro Universitário Internacional Uninter.*

Estudo mapeia a produtividade da soja nos últimos 50 anos

FOTO: RENAN CALDAS UMBURANAS

Trabalho desenvolvido na Esalq revela potenciais atributos a serem melhorados em cultivares futuras

A produtividade média brasileira de soja mais que dobrou nos últimos 50 anos. "É estratégico compreender os fatores que contribuíram para esse aumento, pois a cultura ainda tem potencial de mais que dobrar os patamares médios atuais de produtividade", comenta o engenheiro agrônomo Renan Caldas Umburanas, autor de um estudo que revela como as cultivares brasileiras de soja foram modificadas para o aumento da produtividade ao longo desse período.

O estudo foi desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Fitotecnia, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), sob orientação do professor Klaus Reichardt. Segundo o autor, ao longo do tempo, novas práticas agrícolas e tecnologias foram desenvolvidas, bem como novos cultivares foram disponibilizados aos agricultores. "Entretanto, ainda há pouca informação sobre qual a contribuição relativa desses fatores para tal aumento da produtividade", revela Renan.

Para mapear esse contexto, o trabalho avaliou as mudanças morfofisiológicas ocorridas em uma série histórica de cultivares brasileiros de soja, e a relação dessas mudanças com o aumento da produtividade nas últimas cinco décadas. "Os cultivares foram avaliados a campo e também em casa de vegetação. Foram caraterizados atributos radiculares, bioquímicos, fisiológicos e componentes de produtividade", conta o autor do trabalho.

De acordo com o pesquisador, entre os resultados obtidos, destaca-se que os cultivares modernos são mais resistentes ao acamamento, o que permitiu maior estabelecimento de plantas por área, maior interceptação de luz durante a granação, e por consequência maior produção de sementes por área, que foi o principal componente relacionado ao aumento da produtividade.

"Os resultados também revelaram potenciais atributos a serem melhorados em cultivares futuras visando maiores produtividades, dentre eles o potencial de fixação biológica de nitrogênio, bem como atributos fisiológicos, principalmente", conclui.

O trabalho contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). O pesquisador desenvolveu parte da pesquisa na Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná (Unicentro) e também na University of Illinois at Urbana-Champaign. A Embrapa Soja colaborou com este trabalho através da doação de sementes.

O desafio de escalar startups e manter a cultura

*Francisco Homem de Mello**

Uma preocupação muito comum entre os fundadores é como o escalonamento rápido pode, negativamente, afetar a cultura organizacional do negócio. Quando falo em cultura, refiro-me a um sistema de rituais, incentivos, valores, histórias e outras "engrenagens" que produzem um determinado conjunto de comportamentos nos membros de uma organização. Como uma startup pode crescer rapidamente – e tem potencial para isso, pode ter dificuldades em manter sua cultura genuína com o passar do tempo.

Mantê-la de forma "correta" significa que a maioria das pessoas que estão ali se comporta de acordo com o que é necessário para o sucesso da empresa. Vamos chamar isso de coesão da "Densidade da Cultura", que pode ser calculada de acordo com o número de funcionários da empresa aderentes à cultura, dividido pelo número total de colaboradores. Mas, por que o padrão é ter a densidade da cultura à medida que a empresa cresce?

As startups que começam a escalar nem sempre sabem o que a sua cultura realmente é, ou mesmo o que deveria ser. Há pouca clareza em torno do fato de que a cultura precisa servir a estratégia, e não às vontades dos fundadores. Outro ponto é que as startups realmente não sabem contratar de acordo com a cultura que imaginam ter. Eu me arrisco a dizer que pouquíssimas organizações, em todo o mundo, realmente sabem contratar candidatos que se adequem à cultura. É difícil e exige muita disciplina, ao passo que é muito fácil para uma empresa se convencer de que está contratando de forma assertiva.

As pessoas tendem a confundir "sentir-se bem" com um candidato em encontrar um ajuste cultural. Eu senti o efeito da queda da densidade cultural nos últimos meses. À medida que começamos a escalar, contratamos mais e mais pessoas sem a digitalização adequada para a cultura (pensávamos que éramos - pelo menos alguns de nós) mas, na verdade, não éramos.

Não havia um processo adequado que nos permitisse avaliar a cultura. E, no calor da necessidade de preencher posições abertas, esquecemos de dar sinais, fizemos menos verificações de encaminhamento com os candidatos, e assim por diante. E o efeito de alguns desses desajustes culturais na empresa foi realmente significativo. Estamos instituindo "bar raisers", conceito prático emprestado do Google e da Amazon: ou seja, pessoas que não estão emocionalmente apegadas à posição, que podem dizer "não" aos candidatos sem sentir dor, e que examinam todas as decisões de contratação.

Por exemplo, podemos ter um engenheiro veterinário no processo de recrutamento para uma posição em marketing, ou ter alguém em marketing para decisões em finanças. Os estereótipos também precisam cair e a avaliação de um candidato não precisa ser restrita apenas ao currículo.

Startups não têm marcas empregadoras muito fortes, e é assustador tomar qualquer ação que possa assustar parte de um *pool* de candidatos já pequeno. Mas é a coisa certa a fazer, pelo menos no nosso estágio. Então, faremos mais trabalho para dar aos candidatos uma visão completa do que esperamos deles em termos de cultura, para que eles possam se auto selecionar ou desistir do processo.

Fundador da Qulture.Rocks, software de gestão de desempenho. Especialista e estudioso em cultura organizacional. Autor do livro The 3G Way: Dream, People, and Culture, figurando entre os mais vendidos da Amazon em estratégia e negócios. A próxima obra é sobre "OKRs: Da Missão às Métricas", com o objetivo de ajudar as empresas a implementar uma metodologia de metas direcionada para alcançar resultados.

Posicionamento ABEAR
Programa Combustível do Futuro

A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR) tem acompanhado a iniciativa do Governo Federal de incluir a aviação no Programa Combustível do Futuro, regulamentando a produção e o uso do Combustível Sustentável de Aviação (SAF) no país. A descarbonização é um compromisso global do setor, que mesmo sendo responsável por apenas 2% do total das emissões de gases de efeito estufa (GEE), assumiu metas que incluem a redução e a compensação do CO2. O uso de SAF é importante para o cumprimento dessas metas, mas só será viável se a sua política garantir a neutralidade de custos para um setor que tem no combustível cerca de 40% de suas despesas totais. Dessa forma, é importante que a regulamentação do SAF garanta uma relação de oferta e demanda que permita que o preço seja competitivo com o combustível fóssil.

A redução das emissões de GEE demanda um cenário consistente em busca da descarbonização, considerando quatro pilares: eficiência operacional, novas tecnologias, compensação com créditos de carbono e uso do SAF, que passam por ações imediatas e de médio e logo prazo.

Dentre as ações imediatas adotadas pelas companhias estão a modernização da frota (a brasileira está entre as mais jovens do mundo), o uso de novas tecnologias e a busca contínua por eficiência operacional nos processos e nas rotas aéreas. A médio prazo, o mercado de créditos de carbono para a compensação das emissões precisa estar em pleno funcionamento e adequado à realidade das operações e uma definição de política ampla para a produção de SAF, dado que o tempo de implantação e a efetiva comercialização em larga escala demandam um prazo maior.

Temos convicção que o Brasil possui um grande potencial para liderar o desenvolvimento de biocombustíveis devido à facilidade de acesso a diferentes matérias primas e ao aumento da demanda por todos os países, podendo assumir a liderança global na produção do SAF em larga escala. Para o setor aéreo, o SAF representa 65% do conjunto de medidas para reduzir as emissões até 2050. No entanto, a produção atual mundial só atende 0,15% da demanda, que é de 449 bilhões de litros até o prazo final da meta.

tremdo
corcovado.rio
Venha viver essa emoção!
Horário de funcionamento:
De seg. a sex.(exceto feriado): 8h às 17h
Sáb. dom. feriados: 8h às 18h
@tremdocorcovado.rio
www.tremdocorcovado.rio
Rua Cosme Velho, 513 - Cosme Velho
Seu passeio começa aqui:

Toalha descartável da Pratipet colabora na prevenção de contaminação

Espaço que antes era destinado para alocar 18 toalhas de algodão comporta até 200 toalhas

O mercado pet brasileiro está entre os principais países em faturamento. Segundo dados da Abinpet – Associação Brasileira da Industria de Produtos para Animais Domésticos, estima-se que o brasil possui 167,6 milhões de animais. Nos últimos anos o setor pet care representa dentro do segmento pet quase 6% com um crescimento 19,5%. Os dados refletem nas inovações de produtos que são apresentados no mercado. A Pratipet que está perto de completar cinco anos de mercado sente a ascensão do setor, a empresa tem a filosofia de oferecer praticidade, qualidade alinhada à sustentabilidade nos produtos. A toalha descartável da marca é uma revolução, pois agrega muitos benefícios para o usuário, pet e planeta. Inovação é carro chefe da Pratipet é o que declara Ana Paula Nunes, CEO da empresa "trabalhamos todos esses anos tentando mudar os hábitos de lojistas e tutores, buscando mostrar o quanto as toalhas descartáveis são mais seguras para os pets e economicamente viáveis para pet shops e clínica veterinárias".

As vantagens em adotar as tolhas descartáveis são várias:
Prevenção de contaminação: esse é o mais importante para a Pratipet e foi por isso, que empresa investiu tantos estudos no desenvolvimento dessa linha. Com o uso das tolhas descartáveis o risco de contaminação cruzada cai para praticamente zero. Uma tranquilidade para o tutor e para reputação do pet shop ou clínica veterinária.
Otimização de espaço para armazenagem: É preciso lembrar que muitos locais têm espaço reduzindo para armazenar a toalhas de higiene, com as descartáveis esse problema é resolvido. Já que 18 toalhas de algodão ocupam o mesmo espaço que 200 toalhas descartáveis, o correspondente a dois rolos;
Sustentabilidade: são descartáveis e biodegradáveis, se decompondo no solo em até 90 dias.
Redução de custos: por ser de rápida absorção, duas ou três vezes são suficientes para enxugar o animal, o que economiza o tempo de secador, consequentemente o consumo de energia, evitando que o animal fique desconfortável.
Para atender com a mesma qualidade tutores e profissionais, já que as demandas e volumes de consumo são diferentes,

a Pratipet oferece ao mercado duas linhas: a PRO - pensada para profissionais e estabelecimentos comerciais do ramo pet; e a HOME CARE - voltada para cuidados em casa. Tutores que fazem ou complementam a higiene de seu pet em suas residências.
A empresa está presente nas principais lojas de produtos para animais de estimação do país, além de exportar Chile, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Panamá. Os visitantes da feira poderão conhecer outros itens da marca Pratipet, além da Toalha Descartável, entre eles: Mousse Limpa Patas, Banho a seco – para cães e gatos, Lenços Umedecidos - sem álcool e produzidos com 96% de produtos naturais e limpa estofados.
A análise de mercado é uma realidade na Pratipet e novos formatos de embalagem, volumetria e tamanhos fazem parte desse processo. "Somos uma empresa jovem e nos sentimos livres para mudar sempre que enxergamos essa necessidade", conclui Ana Paula.
A Pratipet veio de uma empresa familiar com mais de 30 anos no mercado de cuidados e higiene, a qual a nossa fundadora fez parte no quadro societário. Após um grande crescimento da demanda na área pet, e o grande amor pelos animais, surgiu a ideia de desmembrar o setor criando uma empresa com foco específico em pets, contando também com a ampliação do mix de produtos.

O fator humano na prática da Sustentabilidade

*Marcelo C. P. Diniz**

Em 1994 nove cientistas lançaram um dos Consensos de Copenhagen, afirmando que os principais problemas ecológicos do mundo eram a AIDS, a má nutrição, a malária e as barreiras comerciais. Doente, com fome e sem comércio, não tem negócio, não há riquezas. Em outras palavras, vivendo em condições sub-humanas, o homem degrada o ambiente e faz parte dele.

Repare que um dos fatores diz respeito às barreiras comerciais. Alguns ambientalistas advogam o consumo de produtos locais, em detrimento daqueles produzidos em lugares mais distantes, para fortalecer comunidades e não consumir combustível. Já pensou um mundo sem comércio internacional? Muitos países pobres continuariam presos na situação atual.

E há quem defenda uma forte redução ou alteração nos nossos padrões de vida, alegando que se isso não ocorrer os recursos do planeta irão se esgotar. Alegam também que é necessária uma mudança de consciência, que nós estamos demasiadamente atrelados ao ter, deveríamos ser.

Na minha particular avaliação, mais ou menos. Em primeiro lugar, não é possível ser sem ter. Um miserável não é coisa alguma, nem ao menos consegue passar pela maioria das catracas. E se a tendência é termos bilhões de miseráveis neste mundo, o primeiro padrão de consumo a corrigir é o deles. Para muito mais. Em segundo lugar, o ser humano é dotado de inteligência e ela existe para resolver problemas, assim como já resolveu em toda a história e continua a nos surpreender todo o tempo com os saltos da tecnologia. Falta só uma continha simples: divisão.

A síntese de todo este raciocínio é um recado aos ambientalistas mais ferrenhos. Eles precisam entender que a vida não se preserva apenas em relação a bichos e plantas. Os seres humanos precisam fazer parte da equação que vai conciliar ecologia e economia para atingir o equilíbrio da vida.

A este respeito, é bom lembrar Jeffrey Sachs, da *Columbia University*, quando ele nos indica passos essenciais a serem seguidos para atingirmos o fim da pobreza.

Os miseráveis carecem de 6 principais tipos de capital:

1. Capital humano: saúde, nutrição e treinamento para que possam ser produtivos;
2. Capital empresarial: máquinas, instalações, transporte motorizado na agricultura, indústria e serviços;
3. Infraestrutura: estradas, energia, água e saneamento;
4. capital natural: terras cultiváveis, solos saudáveis, biodiversidade, ecossistemas que proporcionem serviços ambientais necessários à atividade humana;
5. Capital público institucional: leis comerciais, sistemas judiciais, serviços públicos, policiamento;
6. Capital de conhecimento: know how científico e tecnológico que eleva a produtividade e promove o capital físico e natural.

A consciência ecológica, em sua integralidade, será fruto destes investimentos.

Cálculos sofisticados demonstram que os investimentos são lucrativos e podem ser suportados por parcerias público privadas. Com 1% do PIB mundial não sobraria um miserável neste mundo, a produção e o consumo seriam maiores e a felicidade também.

Finalmente, tenhamos sempre em mente o seguinte: não basta ensinar a pescar. É preciso ter rio, o rio precisa ter peixe, é preciso ter vara de pescar e energia suficiente para segurar a vara de pescar.

O miserável precisa ser ajudado.

Informações sobre o autor: https://marcelocpdiniz.com

**Escritor e consultor para agências de propaganda e promoção, a clientes da iniciativa privada e a políticos.*

IZA ARRUDA

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3635/23, de autoria da deputada federal Iza Arruda (MDB/PE), que institui o selo "Empresa Amiga da Amamentação". O objetivo do projeto é incentivar e visibilizar o aleitamento materno. A deputada Iza Arruda ressalta que o Selo "Empresa Amiga da Amamentação" representa um grande incentivo para promover uma cultura de apoio à amamentação e proporcionar um ambiente propício para as mães que desejam amamentar seus bebês sem enfrentar qualquer tipo de constrangimento. O texto segue para apreciação do Senado.

O Selo "Empresa Amiga da Amamentação" será concedido às empresas que cumpram os seguintes requisitos: respeitar as disposições do art. 396 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que estabelece os direitos da empregada lactante; disponibilizar um espaço e condições adequadas para a amamentação ou coleta de leite materno; desenvolver ações, projetos ou programas que incentivem a amamentação; e, durante o mês de agosto, iluminar ou decorar suas instalações com a cor dourada para conscientizar a comunidade sobre a importância da amamentação, alinhando-se com a campanha mundial de incentivo ao aleitamento materno.

A proposta foi aprovada na forma do substitutivo apresentado em Plenário pela relatora, deputada Alice Portugal (PCdoB/BA). A relatora afirmou que "todas as mães têm direito a amamentar seus filhos, seja no trabalho, em casa e até quando estão privadas de liberdade".

Com essa iniciativa, a deputada Iza Arruda acredita que será possível oferecer às mães trabalhadoras um espaço onde elas se sintam acolhidas em sua jornada materna, garantindo assim um alimento nutritivo e vital repleto de afeto para os seus bebês.

BRADO

Referência em operações multimodais customizadas para atender às cooperativas e indústrias do País, a Brado registrou no primeiro semestre de 2019 um crescimento superior a 30% no transporte de cargas que abastecem o Centro-Oeste e o Sudeste brasileiro no comparativo com o mesmo período do ano passado. Foram mais de 6.400 contêineres movimentados por ferrovia entre os terminais de Sumaré (SP) e Rondonópolis (MT).

Com mais de 70 tipos de cargas transportadas, o abastecimento do mercado interno abrange um raio de cerca de 300 quilômetros no entorno das cadeias logísticas de Campinas e Cuiabá. Iniciada no segundo semestre de 2017, a operação funciona no sistema *round-trip* (viagem completa) em que o trem nunca roda vazio, a Companhia leva para o interior paulista commodities como o milho, ração e óleo vegetal, e retorna com bens de consumo diversos: alimentos, bebidas, materiais de construção e produtos de limpeza.

"Os resultados positivos do primeiro semestre representam a consolidação do nosso plano estratégico do mercado interno", afirma Daniel Salcedo, gerente executivo de Mercado Interno, Importações e Armadores da Brado. "É um segmento em expansão e que terá um ganho de 40% na capacidade de transporte ferroviário com a circulação dos novos vagões ***double-stack***".

Projetado para atender o mercado interno, as operações com contêineres empilhados em dois níveis foram iniciadas em junho. Os trens são formados com vagões que podem carregar até três contêineres empilhados (um de 40 pés e dois de 20 pés). "É um modelo eficiente que dobra a capacidade em relação ao vagão convencional", explica Salcedo.

Referência nos Estados Unidos, o vagão *double-stack* já está sendo utilizado pela Brado, e percorre um trecho de aproximadamente 1.400 quilômetros entre Rondonópolis e Sumaré. Para 2019, a Brado estima um crescimento superior a 25% no volume de cargas transportado, atingindo a marca de 330mil TEUs no ano.

OWNERINC S/A

A OwnerInc S/A, de Gramado (RS), foi destaque na "2ª Edição do Ranking Negócios em Expansão", promovido pela Revista Exame.

O objetivo da premiação é dar visibilidade às empresas brasileiras emergentes que mais conseguiram expandir vendas e conquistar mercados ao longo dos últimos meses e à trajetória de empreendedores inspiradores que conseguiram transformar ideias em negócios com crescimento exponencial.

FOTO:EDUARDO FRAZÃO

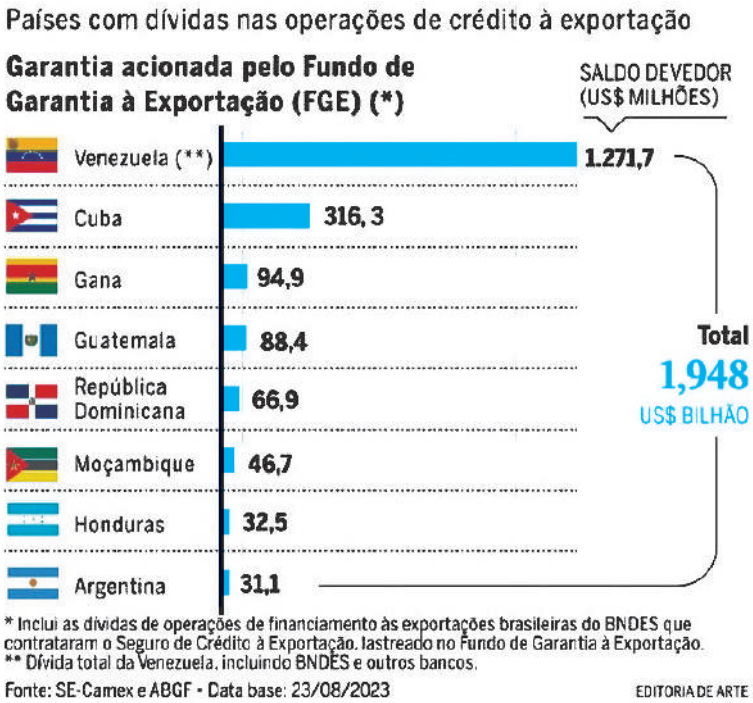
O diretor de Redação da Revista Exame, Lucas Amorim, e o CEO Jeferson Braga

A OwnerInc S/A se classificou em 2º lugar na categoria de "R$ 5 milhões a R$ 30 milhões" de receita líquida. O CEO e fundador da empresa, Jeferson Braga, esteve presente na cerimônia de entrega dos prêmios, que aconteceu na Casa Charlô, em São Paulo, e falou sobre a importância da conquista. "A premiação é uma grande motivação para continuarmos gerando valor à nossa comunidade e ao Brasil. A cidade de Gramado foi agraciada pela natureza exuberante, pelos recursos que possui e pelo empreendedorismo", destacou o executivo, que completou: "Apesar de todas as dificuldades, seguimos motivados e acreditando no País".

A empresa, que é gramadense, nasceu das experiências das empresas gaúchas Casa Hotéis, Intercity Hotels, Urbinc Empreendimentos, Zatti Arquitetura e Ck Arquitetura, com foco específico em oferecer imóveis premium compartilhados com uso inteligente e solução completa de serviços e gestão. Sua missão é fornecer, através de Home Clubs, o máximo de conforto e conveniência ao cliente.

Atualmente, a OwnerInc S/A é responsável pela criação do primeiro Home Club do Brasil: Own Time Home Club Gramado. A previsão é de que o empreendimento seja finalizado até dezembro de 2025, em um dos principais destinos do País, a charmosa Gramado.

DEVEDORES DO BRASIL



Zé Roberto Graúna homenageia os 150 anos de Santos Dumont no Salão de Humor de Piracicaba

O Salão Internacional de Humor de Piracicaba – SP, surgiu em 1974, quando os brasileiros ainda conviviam com os sabores da ditadura militar. Uma das mais antigas iniciativas do seguimento no mundo, há quase 50 anos, o Salão Internacional de Humor de Piracicaba segue cumprindo seu papel no universo das artes gráficas, nutrindo um espaço de reflexão, discussão e inovação sobre a arte e o humor. Zé Roberto Graúna, mais uma vez tem um desenho seu escolhido e selecionado para Salão Internacional de Humor de Piracicaba, versão 2023.

Carioca, nascido em 1962, iniciou suas atividades como artista gráfico, em 1985, na imprensa sindical, atuando por quase uma década no Sindicato dos Petroleiros no Comércio. Colaborou também para outras entidades de classe, entre as quais o Sinpro – Rio e Sindicato dos Escritores, na gestão do escritor José Louzeiro. Em 1988, publicou charges no Jornal do Commercio, sendo que no mesmo ano ingressou no Senac, quando trabalhou como professor de desenho, permanecendo nesta instituição por mais de 10 anos.

Trabalhou como agitador cultural nas curadorias de dezenas de exposições, sendo a primeira de destaque, a mostra "Imenso Cordão" que comemorou os 50 anos do cantor e compositor Chico Buarque de Hollanda, em 1994, no Museu Nacional de Belas; além de mostras organizadas no Espaço Cultural da Justiça Federal, Sala de Cultura Leila Diniz, Galeria Candido Portinari (Uerj), Espaço Cultural Furnas, Sala Carlos Couto entre outros.

Entre outubro de 2013 e setembro de 2015, atuou como pesquisador, recuperando arquivos fotográficos antigos dos jornais A Notícia e O Dia. É o curador do coletivo feminino Elas por Elas – As Desenhistas Brasileiras, projeto de valorização e preservação da memória das desenhistas do país. Assina, desde setembro de 2003, a coluna Desenharte, no Jornal de Letras, editado pelo Acadêmico Arnaldo Niskier, pelo qual edita artigos sobre o Desenho Brasileiro.

A Arte da Política Econômica, Depoimentos à Casa das Garças

Relato pessoal e original de trinta brasileiros que ajudaram a formular algumas das políticas públicas brasileiras mais impactantes da nossa história moderna.

Os textos reunidos nesse livro da **História Real Editora,** são versões editadas e ajustadas dos depoimentos dados ao podcast "Políticas Econômicas", uma iniciativa do Instituto de Políticas Econômicas-Casa das Garças. Alguns autores incluíram novos trechos e Pedro Malan escreveu um posfácio original. O prefácio é de Edmar Bacha.

GAIA SILVA GAEDE
ADVOGADOS

- Tributário
- Societário
- Regulatório
- Civil Empresarial
- Trabalhista
- Previdenciário

São Paulo | Rio de Janeiro | Curitiba | Belo Horizonte | Brasília

www.gsga.com.br

Como as esponjas e os fungos ajudam cientistas da USP a descobrirem novos medicamentos

Substâncias produzidas pelos invertebrados apresentam atividade promissora contra diversas doenças, como câncer e malária

Desde a antiguidade, substâncias encontradas nas plantas são utilizadas como fonte de tratamento contra uma série de sintomas e doenças. Porém, no começo do século XX, após a descoberta da penicilina (primeiro antibiótico da história) a partir de fungos, os olhares da comunidade científica começaram a se voltar para outros ambientes. Um deles, ainda inexplorado até hoje, é o fundo do mar, que reserva uma biodiversidade misteriosa. Com a criação de cursos de mergulho autônomo depois da Segunda Guerra Mundial, mergulhadores começaram a reportar casos de intoxicação e queimaduras ao tocarem em determinados animais, fatos que chamaram a atenção principalmente de bioquímicos, que passaram estudar o potencial das substâncias causadoras de tais efeitos.

Mesmo após décadas de pesquisas, o meio aquático ainda segue desconhecido. Até por isso, ele nos permite vislumbrar diversas descobertas que poderiam ser feitas em caso de aumento no número estudos. Quem sabe não encontraríamos um novo composto eficaz contra alguma doença, por exemplo? É justamente com essa motivação que atuam os pesquisadores do Grupo de Química Orgânica de Sistemas Biológicos, do Instituto de Química de São Carlos (IQSC) da USP. "Nós estudamos organismos do mar, como esponjas, moluscos, fungos, briozoários e demais invertebrados em busca de substâncias interessantes para o desenvolvimento de fármacos", explica Roberto Berlinck, professor do IQSC e coordenador do Grupo, fundado em 2000.

Mas, afinal, com tantos animais disponíveis no oceano para serem estudados, por que escolher organismos invertebrados? "Os animais que têm pouca mobilidade, ou fixos no substrato marinho, estão mais suscetíveis a ataques de predadores, competição por espaço e infecções por microrganismos patogênicos. Eles tiveram que desenvolver mecanismos de defesa eficazes, como os espinhos, que seriam uma defesa física, e os venenos, vistos como uma proteção química. Por isso, eles são tão atraentes de serem estudados", explica o docente.

O trabalho é complexo e envolve uma série de etapas. Por meio de mergulhos, coletas e análises detalhadas em laboratório, os cientistas investigam a bioatividade de substâncias extraídas dos animais para testá-las em células doentes. Claro que para realizar todas essas tarefas, é preciso vencer o desafio geográfico. Apesar da grande logística necessária para que o grupo do interior de São Paulo se desloque para o litoral, isso não diminui o empenho dos pesquisadores: "A distância nunca atrapalhou, mas é óbvio que é preciso ter disposição para ir ao mar, coletar, montar uma equipe e traçar a melhor estratégia", diz o professor, que mergulha desde 1994 para fazer coletas. Entre os destinos visitados pelo docente estão Fernando de Noronha (PE), São Sebastião (SP), Baía de Todos os Santos (BA) e Cabo Frio (RJ). Mesmo com tanta dedicação, a missão não seria possível não fosse a ajuda de diversos colaboradores. Ao todo, são dezenas de pesquisadores, entre professores e alunos, espalhados pelo Brasil que colaboram com os estudos da USP.

Um dos trabalhos em andamento no Grupo do IQSC é o da pós-doutoranda Camila Crnkovic. Em sua pesquisa, ela estuda a produção das fomactinas, substâncias obtidas a partir do fungo Biatriospora sp., encontrado dentro da esponja marinha Dragmacidon reticulatum, no litoral de São Sebastião (SP). Entre outras funções, as fomactinas possuem ação anticâncer, inibindo o crescimento de células cancerígenas depois de tratamentos por quimioterapia ou radioterapia.

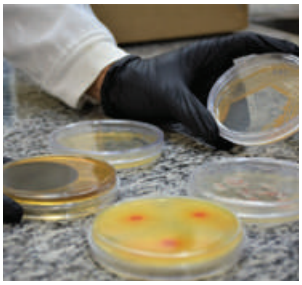
Utilizando técnicas computacionais, Camila descobriu que o fungo estudado produz muito mais dessas substâncias do que se imaginava, sendo considerado uma verdadeira fábrica de fomactinas. "O trabalho agora é isolar e identificar todas essas moléculas para determinar quais são as mais promissoras", afirma a cientista. Testes em laboratório com alguns desses compostos mostraram resultados positivos em células doentes.

Formada em Farmácia, Camila sempre carregou o interesse em atuar nessa área de pesquisa: "O apelo de procurar novos medicamentos é muito motivante para mim. Quando você começa a estudar a química de produtos naturais, tem muita coisa diferente, cada organismo produz um tipo de substância, cada classe de molécula tem uma atividade biológica diferente que pode virar um fármaco. Tudo fica mais atraente por toda essa diversidade", diz a pós-doutoranda, que realiza sua pesquisa em parceria com Leandro Oliveira, mestrando do IQSC e o mais novo integrante do grupo de pesquisa. Apesar do pouco tempo de casa, o jovem, que veio da cidade de Cássia, do sul do Estado de Minas Gerais, já se sente respaldado pela equipe: "Embora tudo ainda seja novo para mim, a experiência está sendo incrível. A pesquisa no IQSC é muito bem estruturada e o grupo totalmente acolhedor', afirma.

Moléculas promissoras no combate ao câncer também foram localizadas em esponjas coletadas na foz do Rio Amazonas, bioma descrito em 2016. Em meio à diversidade local, elas

FOTOS: HENRIQUE FONTES/IQSC

Substâncias produzidas pelos invertebrados apresentam atividade promissora contra diversas doenças, como câncer e malária.



Fungos estudados no IQSC produzem moléculas interessantes para o desenvolvimento de novos fármacos.

Grupo de Química Orgânica de Sistemas Biológicos do IQSC

chamaram a atenção por serem abundantes, despertando em Vítor Feire, doutorando do IQSC, o interesse em estudá-las. Ele analisou um conjunto de moléculas extraídas da esponja Dictyonella e descobriu que as substâncias foram capazes de inibir in vitro a atividade de um complexo enzimático chamado de proteassoma, ação que fez com que elas adquirissem atividade anticâncer. Os resultados obtidos com o trabalho geraram o artigo científico publicado na Revista Journal of Natural Products.

Mesmo com resultados promissores, o pesquisador segue estudando novas esponjas encontradas no Rio Amazonas a procura de compostos cada vez mais eficientes. Formado em Química Ambiental pela UNESP, Vítor diz que se interessou pela área para descobrir como podemos utilizar organismos da natureza a nosso favor. “Aqui no laboratório, temos a possibilidade de estudar organismos nunca antes explorados”, revela o jovem, que se sente gratificado em atuar nesse ramo da ciência: “Além de fazer o que eu gosto, estou mirando lá na frente para conseguir um remédio que poderá ser utilizado em algum tratamento, isso é muito recompensador”.

Diante das centenas de milhares de substâncias produzidas pelos animais aquáticos, identificar moléculas promissoras não está entre as missões mais fáceis. Segundo o professor Berlinck, a cada 10 mil novas substâncias descobertas, apenas uma chega efetivamente ao mercado. “É um processo longo, que envolve muitos recursos, tanto financeiro como de pessoal. É um esforço humano enorme que exige um alto grau de conhecimento, por isso são tantas equipes trabalhando pelo mundo”, diz o docente.

O trabalho que o grupo desempenha compõe os primeiros passos no processo de descoberta de um novo medicamento, funcionando praticamente como um grande “filtro” que facilita o trabalho de muitos cientistas ao descartar ou selecionar substâncias para o prosseguimento das etapas. O docente afirma que, atualmente, o custo total para desenvolver um novo fármaco gira em torno de $ 500 milhões e o tempo de espera pode variar de 10 a 20 anos. “Temos que ser certeiros na seleção”, afirma o docente, que prefere de estudar locais ainda pouco explorados.

Um deles foi a Antártica, onde a Professora Lara D. Sette da UNESP de Rio Claro, colaboradora de Berlinck, coletou no substrato terrestre um fungo com grande potencial, chamado de Geomyces. Após testes in vitro no laboratório do IQSC, foi descoberto que o fungo produz substâncias promissoras no combate a doenças causadas por parasitas, como malária e leishmaniose. “Sabemos que o fungo possui um conjunto de moléculas interessantes, agora vamos estudá-las uma a uma para saber quais sãos as mais efetivas”, explica.

Protagonistas na descoberta de novos medicamentos, os fungos podem ser considerados vilões para algumas plantas, impactando diretamente na produção alimentícia. Esse é o caso do fungo Colletotrichum, conhecido por causar doenças em árvores e plantas frutíferas, como morango, goiaba, maçã, feijão, amêndoas, entre outras. No entanto, uma situação curiosa despertou o interesse da doutoranda do IQSC Mirelle Takaki. Ela descobriu que, estranhamente, o comportamento agressivo do fungo contra os vegetais não ocorria na Ilha de Alcatrazes, litoral norte de São Paulo, deixando de acometer as plantas nativas.

“O intuito do meu trabalho é descobrir porque alguns desses fungos causam e outros não causam certas doenças, analisando tanto linhagens de plantas saudáveis como afetadas”, explica a aluna. Uma das suspeitas da pesquisadora é de que os fungos da Ilha estejam em condição de harmonia com as plantas locais. Como não há muitos predadores na região, não seria necessário “atacá-las”. Mirelle diz que ainda não existe uma forma efetiva de evitar que as plantas sejam contaminadas. Com o seu trabalho, será possível entender como esses fungos se comportam, abrindo caminhos para a produção de bioinseticidas que possam combatê-los e evitar a perda de alimentos.

Formada em Química pela Unesp, Mirelle sempre gostou da área de química orgânica. Foi durante seu mestrado que começou a procurar por grupos de pesquisa que estudavam produtos naturais, escolhendo o do IQSC. Atualmente, ela está prestes a defender seu doutorado na Instituição. “É muito legal quando vemos o resultado do que estamos fazendo. Nós passamos anos estudando e, no final, é muito gratificante saber que o que desenvolvemos poderá ser aproveitado pela sociedade”, finaliza.

Greve em Hollywood é sobre futuro do trabalho e perigos do pensamento mágico

*Guilherme Ravache**

Hollywood vive a maior greve dos últimos 60 anos. De um lado, atores e roteiristas reivindicam melhores salários e a limitação do uso de tecnologias de inteligência artificial. Do outro, grupos de mídia que acumulam prejuízos bilionários e sonham usar cada vez mais soluções de IA para reduzir os custos.

Ou seja, as chances são mínimas de que a greve seja resolvida em um curto espaço de tempo. Isso levaria a constantes reprises na TV americana, que já vinha perdendo espectadores e anunciantes, somado a menos lançamentos no streaming, com potencial perda de assinantes. O cenário poderia ser devastador.

Gigantes tradicionais, que já sofrem com dívidas enormes e viram os lucros despencarem na última década, teriam de tomar medidas ainda mais radicais de redução de custos mesmo após milhares de demissões e cortes de produções. Até o lançamento de obras já concluídas deve ser suspenso, já que os atores não podem participar das campanhas de divulgação. Para os grevistas, o risco é repetir o que viveram os mineiros ingleses em 1984.

Esmagados pela falta de salários e com suas economias pessoais esgotadas após um ano de greve, os mineiros voltaram ao trabalho desmoralizados. Além de não terem qualquer ganho significativo ainda aceleram o processo de migração da produção de minério do Reino Unido para países com minas mais eficientes.

Da mesma maneira que os mineiros ingleses subestimaram a força do processo de globalização da produção e imaginavam que seu poder de barganha fosse maior do que era na realidade, os atores e roteiristas talvez estejam subestimando o potencial da inteligência artificial generativa.

É crescente o desejo dos grandes grupos de mídia de adotar IA para cortar custos. Também deve-se intensificar o processo de uberização da mão de obra que cada vez mais recebe apenas quando está produzindo e não tem vínculos com as empresas.

Além disso, basta observar os rankings de produções mais vistas na Netflix para ver como o conteúdo estrangeiro tem ganhado espaço no topo dessas listas. O conteúdo audiovisual de certa forma era um dos últimos refúgios da produção local, caminhando na contramão da globalização com Hollywood mantendo seu domínio do setor. Mas a greve pode mudar até isso.

A greve não é apenas sobre salários, é sobre o futuro do trabalho. O resultado da paralisação de Roteiristas e atores irá apontar o destino do processo de uberização da mão de obra e ainda os limites para a Substituição de humanos por máquinas em tarefas na indústria criativa.

De quem é a culpa da greve de roteiristas, atores e a crise da mídia? "Tudo isso foi causado por superinvestimento em streaming e vários níveis de ilusão", afirmou dias atrás Barry Diller, presidente do conglomerado IAC e magnata da mídia que já foi chefão na Paramount e Fox, explicando o atual cenário do setor. "Se você direcionar todos os modelos de negócios apenas para o streaming, o resultado disso é que todos os mecanismos de alimentação – transmissão, cabo – desaparecem". Os sindicatos tentam com a greve que grupos de mídia, e principalmente as plataformas de streaming, voltem a remunerar os trabalhadores seguindo o modelo antigo, quando a TV e o cinema eram dominantes. O problema , como Diller aponta, é que a conta não fecha. O streaming destruiu o modelo de negócio antigo, mas não trouxe um novo modelo sustentável para quem não é a Netflix.

È fácil imaginar a "ilusão do streaming" como um erro dos chefões da mídia. Porém, os atores e roteiristas também abraçaram o streaming como uma oportunidade de realizar trabalhos mais autorais que não cabiam na TV ou cinema.

Muitos profissionais também viram na uberização de seus contratos por obra a oportunidade de conciliar mais trabalhos e ter mais liberdade. Mas o resultado foram salários menores no streaming e menos oportunidades na TV e no cinema.

Entusiasmados pelos lucros estratosféricos de Google, Meta, Amazon e Apple na década anterior, de 2010 em diante investidores apostaram que uma nova lei de startups estava surgindo e não pouparam investimentos. Como disse Brian Merchant no "Washington Post", "a fórmula para procurar o próximo "unicórnio" multibilionário, em retrospectiva, era bem simples: a próxima onda de startups tinha que prometer que iria revolucionar uma indústria obsoleta com uma alternativa mais nova, de alta tecnologia e baseada em aplicativos, prometer o potencial para uma grande escala e prometer que poderia fazê lo rapidamente. Então, vimos a ascensão do Uber e do Lyft, cada um dos quais prometeu revolucionar o trânsito, e temos empresas como WeWork, que pretendia inaugurar o futuro do coworking, e Theranos, que faria o mesmo para exames de sangue em casa.

Uber e Lyft nunca deram lucro significativo. A WeWork implodiu. E a Theranos era uma fraude.

Renderam ótimas séries no streaming, mas colocaram em xeque a cultura de pensamento mágico do Vale do Silício. A Netflix dá lucro e tudo indica que será a grande beneficiada pela greve. Ela tem mais produções internacionais, depende menos de Hollywood e não precisa de receita da TV, diferentemente de concorrentes como Disney e Warner. Inclusive a Netflix tem expectativa de economizar U$$ 1,5 bilhão neste ano em função da greve. Ironicamente, a Netflix é a empresa melhor posicionada para acabar com a greve. No ano passado, ela teve U$$ 4,5 bilhões de lucro e acabou de anunciar um surpreendente crescimento de 5,9 milhões de assinantes mesmo combatendo o compartilhamento de senhas. Bastaria que a Netflix oferecesse um aumento de salários que seus concorrentes tradicionais não conseguissem bancar para desequilibrar o jogo. Além de sair bem das negociações, mataria os concorrentes fragilizados pelas contas negativas.

E qual será a próxima falácia no streaming? Já se diz que a IA substituirá atores, roteiristas, dubladores e será melhor e mais barata em tudo. Pode ser, mas há boas chances de que novamente seja outra ilusão do streaming. Seja como for, dificilmente os trabalhadores de Hollywood vão sair ganhando.

**Consultor e atua em projetos de jornalismo digital.*

CONFIANÇA É FUNDAMENTAL

A Branco Consultores oferece além de seus trabalhos de consultoria e contencioso tributário, as seguintes áreas de serviços:

- Contabilidade
- Diagnóstico de Procedimentos fiscais
- Supply Chain - Foco tributário
- Preços de Transferência
- Revisão, preparação e retificação de obrigações fiscais acessórias
- Due diligence fiscal
- BPO - Terceirização de Processos
- Inovação tecnológica - Contábil/fiscal
- Recuperação de créditos fiscais
- Treinamentos empresariais
- Mediação e arbitragem

BRANCO

brancoconsultores.com

SÃO PAULO
Rua Vergueiro, 2087 - Cj. 101
Vila Mariana - São Paulo
CEP 04.101-000
Tel.: 11 5087-8910
Fax: 11 5087-8810

RIO DE JANEIRO
Rua Sete de Setembro, 111
7° andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ
CEP 20.050-91
Tel.: 21 3231-5900

- **Consultoria tributária**
- **Assessoria jurídica tributária**
- **Perícias contábeis**

Brasil se reencontra com agenda ambiental

*Sérgio E. Moreira Lima**

A Cúpula da Amazônia aconteceu em Belém. Anunciada pelo presidente Lula, após sua eleição, em discurso na COP-27, no Egito, a reunião simboliza o reencontro do Brasil com sua agenda ambiental e a retomada da liderança do país nas questões de mudança de clima e desenvolvimento sustentável. Como Belém sediará ainda a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, em novembro de 2025, a Cúpula servirá para tratar de questões regionais, sem perder de vista os preparativos para a COP-30, que poderá tornar-se a maior conferência sobre o futuro do planeta e da humanidade.

O encontro deverá reforçar a concertação entre os países da região, colocando em foco também o papel da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) na coordenação das políticas regionais, com vista ao cumprimento das decisões tomadas em Belém. Única entidade intergovernamental com sede em Brasília, a OTCA é fruto de uma iniciativa diplomática brasileira, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), firmado em Brasília, em 1978, com Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. A reunião em Belém permitirá melhor conhecer essa instituição que tanto tem a contribuir para a articulação e a consistência das políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável da Amazônia. Embora a França não participe do Tratado, o Presidente Lula, num gesto histórico, convidou o Presidente Macron a participar da Cúpula da Amazônia. Essa atitude reflete a importância do desafio ambiental e a necessidade de somar esforços com a comunidade internacional para compreendê-lo e enfrentá-lo.

O Brasil já integrava o Tratado da Bacia do Prata, em vigor desde 1970, mas, até 1978, a maior parte do território nacional estava fora de qualquer arranjo cooperativo com países vizinhos. O pacto amazônico supriu essa lacuna, aproximou a região, reforçou o apoio ao Brasil e consolidou o paradigma da política externa brasileira de autonomia e universalismo a partir de um regionalismo robusto, lastreado no Direito Internacional, com o propósito de tornar a geografia em fator de aproximação e integração. Nesse imenso território, o princípio orientador da política externa brasileira, desde Rio Branco, de fazer da geografia a melhor política, promoveria o diálogo e a cooperação. A lógica do entendimento deveria prevalecer em meio a diferenças sobre programas de desenvolvimento nuclear, como ficaria ainda mais claro, na década de 1990, com a criação do Mercosul.

A realização no Brasil, em 1992, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92) colocou o país numa posição de contribuir para a harmonia entre aqueles dois temas antípodas no conceito de desenvolvimento sustentável, que concilia a preservação do planeta e a erradicação da pobreza e da fome. Com o agravamento da questão ambiental e das mudanças do clima, a posição do atual governo brasileiro recobra o protagonismo histórico e o respeito da comunidade internacional. Ao fazê-lo, resgata a tradição da diplomacia brasileira com seu compromisso em favor do regionalismo e do multilateralismo e de um ordenamento fundado no direito num mundo em que a lógica do conflito voltou a ameaçar o paradigma do entendimento, da cooperação e da paz.

TEXTO PUBLICADO EM O GLOBO DE 8.8.2023

**Embaixador de carreira e advogado.*

Coca-Cola é a marca mais escolhida pelos brasileiros no consumo fora de casa

Relatório da Kantar mede a força das companhias dentro do território nacional

Os últimos seis meses foram essenciais para o retorno do consumo fora de casa. Tanto é que os brasileiros passaram a sair e comprar alimentos e bebidas com maior frequência (alta de +1,6%), em relação ao mesmo período do ano passado. Dentro desse contexto, as três marcas mais escolhidas pelas famílias no primeiro trimestre de 2023 foram Coca-Cola (184 milhões CRPs), Bauducco (43 milhões CRPs) e Lacta (35 milhões CRPs).

Os dados são do ranking Brand Footprint Brasil, elaborado pela Kantar, líder em dados, insights e consultoria. O relatório mede a força das marcas dentro do território nacional. Para isso, é usada uma métrica original batizada de Consumer Reach Point (CRP), que mensura quantas famílias compram produtos de determinadas empresas e com que frequência isso ocorre.

Ao olhar para a cesta de alimentos separadamente, nota-se que os snacks doces ganharam destaque no Top 20. Aqui, Bis e Freegells subiram 11 degraus cada, alcançando 9º e 19º lugares do ranking, respectivamente. Na categoria de bebidas, oito das 20 principais marcas mantiveram suas posições. O maior salto foi dado pela Tang, que pulou da 35ª para a 16ª colocação.

De forma geral, 24% das 50 marcas mais consumidas cresceram apenas em frequência de clientes e 14% somente na penetração de mercado. Enquanto isso, 36% apresentaram alta em ambos os parâmetros.

Pelo viés do consumidor, por sua vez, é possível ver que ele está mais adepto à omnicalidade, uma vez que 50% visitaram oito ou mais canais no primeiro trimestre de 2023, número 5% maior do que foi visto no mesmo período de 2022. De acordo com a Kantar, as marcas que diversificam os pontos de contato tiveram mais sucesso em vendas. As companhias que apostaram em canais de indulgência, no entanto, seguiram caminho oposto.

Entre os pontos de contato, os que ganharam mais CRP foram hiper e supermercados (+22 CRP), ambulantes (+18 CRP) e bares (+4,3 CRP). Já em relação aos motivos de consumo, o brasileiro volta a buscar razões básicas, como sabor (+25,8 CRP), vontade (+11,5 CRP) e hábito (+8,6 CRP).

O ranking Brand Footprint Brasil contemplou 4.105 consumidores de sete regiões metropolitanas. São elas: Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP). Também avaliou mais de 160 marcas.

A Kantar é líder global em dados, insights e consultoria. Atuamos em mais de 90 mercados e somos a empresa que mais entende como as pessoas pensam, sentem, compram, compartilham, escolhem e veem. Ao combinar nossa experiência sobre o conhecimento humano com tecnologias avançadas, ajudamos nossos clientes a entender as pessoas e inspirar crescimento.

Principais mudanças previstas na Reforma Tributária relativas ao imposto incidente sobre a herança

*Mateus de Oliveira Rossetti**

A mudança de maior relevância relativa ao ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis ou Doação) prevista no atual texto da Proposta de Emenda Constitucional nº 45-A (PEC nº 45-A), a qual implementará a chamada reforma tributária, é a previsão da progressividade do tributo incidente na sucessão.

Ou seja, caso essa PEC, neste aspecto, venha a ser aprovada, o valor do imposto a ser recolhido em razão da sucessão será calculado com base em uma alíquota escalonada, que aumentará de acordo com a expressão econômica dos bens deixados pelo falecido.

Embora alguns Estados já adotem esse regime progressivo (Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, por exemplo), o texto da reforma tributária já aprovado pela Câmara dos Deputados impõe como diretriz a observância desse sistema.

O texto da reforma tributária não prevê, expressamente, o aumento da alíquota do ITCMD. Continuará cabendo ao Senado Federal fixar a alíquota máxima deste imposto, a qual, atualmente, está estabelecida em 8%. Continuará, da mesma forma, competindo a cada um dos Estados fixar a alíquota incidente, doravante de forma progressiva.

A progressividade do imposto incidente sobre a herança, teoricamente, é positiva, estando em absoluto compasso com o princípio da capacidade contributiva (CF, art. 145, §1º): quanto maior for o valor do patrimônio transferido, maior será a alíquota incidente. Ou seja, quem ostenta maiores condições financeiras, pagará um imposto superior.

Na prática, contudo, teme-se que essa mudança venha apenas a onerar ainda mais os ombros do contribuinte, eis que dificilmente haverá uma regressão da alíquota já vigente, mas apenas a respectiva progressão. Isso ocorrerá caso as alíquotas atualmente vigentes venham a ser tomadas como pontos de partida, com a respectiva majoração a depender dos valores da herança deixada.

Outra importante alteração é que a cobrança do imposto incidente sobre os bens móveis (investimentos, participações societárias, obras de arte, veículos etc.) competirá ao Estado no qual o falecido era domiciliado. Atualmente, este imposto é cobrado pelo Estado perante o qual se processa o inventário.

Esta alteração da competência para cobrança do imposto incidente sobre bens móveis é bem-vinda, pois pode vir a evitar a indesejada guerra fiscal entre os entes federativos.

A terceira e última alteração prevista se refere à tributação de bens e direitos situados no exterior. Atualmente, não se faz possível a cobrança do imposto incidente sobre bens recebidos por herança situados no exterior, justamente por falta de uma lei complementar que venha a regulamentar a competência para a instituição e exigência deste tributo (CF, art. 155, §1º, III).

O texto da Emenda Constitucional aprovado pela Câmara dos Deputados, contudo, prevê uma espécie de "norma transitória", desde logo estabelecendo a competência para a cobrança do referido imposto, a ser observada até a eventual promulgação de uma lei complementar (cf. art. 16, da proposta).

Estas são, em breves linhas, as principais mudanças que, caso haja a aprovação do texto da PEC nº 45-A, - ou seja, da chamada reforma tributária -, incidirão nos aspectos fiscais da sucessão.

**Sócio do escritório Priscila M. P. Corrêa da Fonseca – Advocacia. Especialista em direito das famílias e das sucessões.*

TRF3 mantém multa a loja de departamentos por catálogo de vendas em desacordo com Inmetro

Para magistrados, publicação feriu direitos do consumidor

A Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) confirmou a validade da multa de R$ 13,7 mil aplicada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) a uma loja de departamentos que expôs 12 produtos, em canal de vendas por catálogo, sem as informações do selo de conformidade com os regulamentos técnicos.

Para os magistrados, a ausência da identificação feriu direitos do consumidor e códigos metrológicos.

A empresa acionou o Judiciário sob o argumento de que as mercadorias estavam discriminadas em lista de propaganda. Além disso, alegou desproporcionalidade no valor da multa. Após a Justiça Federal de Campo Grande/MS ter mantido a sanção, a loja recorreu ao TRF3.

Segundo o desembargador federal Carlos Muta, relator do processo, documentos comprovaram que o material fiscalizado não era publicitário, mas anúncio de canal de vendas por catálogo.

"Nos produtos sujeitos à avaliação da conformidade, devem estar disponíveis as informações do selo na mesma página da imagem ou identificação do modelo, de forma clara e unívoca, nos termos da Portaria Inmetro 333/2012", acrescentou.

O relator destacou que a sanção de R$ 13.708,80 foi fundamentada nos aspectos fático e jurídico e respeitou os patamares mínimo e máximo descritos na Lei 9.933/1999.

"Além do caráter punitivo e repressivo pela infração materializada, a multa também possui viés preventivo no que se refere à coerção sobre o comportamento do comerciante dos produtos para que observe legislação protetiva ao consumidor", concluiu.

Apelação Cível 5001042-89.2018.4.03.6000

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO TRF3

Expediente

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.

Avenida Rio Branco, 156 - Conj. 402/4° andar, Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20.040-003
Tel.: (21) 2217-5555 | Whatsapp: (21) 96925-0202 | e-mail: ibefrio@ibefrio.org.br
Institucional: ibefrio.org.br | Programação: agenda.ibefrio.org.br | Locação de Ambientes: loc.ibefrio.org.br
LinkedIn: ibef-rio | Instagram: @ibef_rio | Facebook: ibefrio

BIÊNIO 2023/2025 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: *Márcio João de Andrade Fortes*
Vice-presidente: *Jorge Saul Doctorovich*
Membros: *Gustavo Damázio de Noronha, Manuel Fernandes Rodrigues de Souza, Sérgio Burrowes Raposo e Thomas Klien*

CONSELHO FISCAL

Presidente: *Mônica Oliveira Costa Pinto Bendia*
Membros: *Gustavo Carvalho Pierotti e Roberto Bar*
Suplentes: *Andréa Gonçalves, Marcelo Fernando Nunes Magalhães e Carlos Reichmann Mader*

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: *Carlos Eduardo Rosalba Padilha*
1º Vice-presidente: *Sérgio Burrowes Raposo*
Vice-presidente: *Fernando Potsch de Carvalho e Silva.*
Secretário Geral: *Marcos Chouin Varejão*

DIRETORIA VOGAL

Consultar em: *http://www.ibefrio.org.br/secoes/page/64/Diretoria-Vogal*

Revista IBEF

Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Eduardo Lucano, Henrique Luz, José Gandelman, Márcio Fortes, Marcos Chouin Varejão, Mario Lopes, Nilton Molina, Roberto Lima Netto e Sidney Rezende.

Editor Responsável
Eduardo Cantidiano

Jornalista
Vilma Goulart (MTB 18585)

Distribuição
Rosangela Cavalcante

Programação Visual
Red Design Comunicação

Fotos
Banco de imagens Red Design, Unsplash, Pixabay, Pexels, iStock e Burst

Publicidade e Marketing
EC - Editora e Comunicação
Eduardo Cantidiano
e.cantidiano@openlink.com.br
(21) 99619-0771

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

Fortuna das 25 pessoas mais ricas do mundo é maior que o PIB do Brasil

EUA, China e Ìndia concentram o maior contingente de bilionários na lista anual da Revista Forbes.

Em 2022, os 2.640 bilionários do mundo perderam dinheiro, mas não deixaram de concentrar em poucas mãos boa parte da riqueza global. Segundo o ranking anual das pessoas mais ricas do mundo, os 25 maiores bilionários do mundo concentram nada menos que US$ 2,1 trilhões, o equivalente a R$ 10,7 trilhões.

Esse montante é maior do que todos os bens e serviços gerados pelo Brasil no ano passado.

O Produto Interno Bruto (PIB) do país no ano passado foi apurado em R$ 9,9 trilhões pelo IBGE.

CONFIRA A LISTA DOS 25 MAIS RICOS:

1. Bernard Arnaud (França)
2. Elon Musk (EUA)
3. Jeff Bezzos (EUA)
4. Larry Ellison (EUA)
5. Warren Buffet (EUA)
6. Bill Gates (EUA)
7. Michael Bloomberg (EUA)
8. Carlos Slim Helu (México)
9. Mukesh Ambani (Índia)
10. Steve Ballmer (EUA)
11. Françoise Bettencourt (França)
12. Larry Page (EUA)
13. Amancio Ortega (Espanha)
14. Sergey Brin (EUA)
15. Zhong Shanshan (China)
16. Marc Zuckerberg (EUA)
17. Charles Koch (EUA)
18. Julia Koch (EUA)
19. Jim Walton (EUA)
20. Rob Walton (EUA)
21. Alice Walton (EUA)
22. David Thompson (Canadá)
23. Michael Dell (EUA)
24. Gautam Adani (Índia)
25. Phil Konight (EUA)

FONTE: O GLOBO/NEGÓCIOS

Graça Couto

advogados
graça couto
sequerra
levitinas
bicudo
leal
abby

Um escritório que se importa

*Sócios realmente **envolvidos** e conduzindo cada um dos assuntos, **com equipes dedicadas** à consultoria, operações e resolução de disputas.*

*Graça Couto Advogados diferencia-se por **aliar experiência** e **conhecimento especializado**, para propor **soluções construtivas** para os desafios de seus **parceiros**.*

Ambiental e Clima

Arbitragem

Contencioso

ESG

Imobiliário e Urbanístico

M&A e Societário

Private Equity

Tributário

Aponte sua câmera para o QR Code e acesse nosso site

Rio de Janeiro
Praça Santos Dumont, 70
1º andar, Gávea | 22470-060

São Paulo
Av. Juscelino Kubitschek, 360
16º andar, Itaim Bibi | 04543-000

www.gcouto.com.br

Graça Couto, Sequerra, Levitinas, Bicudo, Leal & Abby Advogados

RIO : 7 DIFERENCIAIS NA ECONOMIA.

- Na indústria do turismo, é o cartão de visita do Brasil e da América do Sul.
- É o maior produtor de petróleo do Brasil, com 80% do que o país explora.
- Sede das 3 principais sociedades de negócios do Brasil: Petrobras, Vale e BNDES.
- Líder nas áreas de tecnologia e inovação.
- A participação do Estado do RJ no PIB nacional é de 11,2%.
- Tem um povo inteligente, alegre e trabalhador.
- BKR, única com sede no Rio de Janeiro, entre as sete maiores empresas de Auditoria do Brasil.

FAÇA SUA ESCOLHA.

Presente em 600 escritórios em 80 países.

33 anos

Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of BKR International

55 21 2156-5800

SEDE: Rio de Janeiro - RJ | São Paulo - SP | Belo Horizonte - MG | Recife - PE | Brasília - DF

novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br | www.lopesmachado.com